

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA IN-
FORMAÇÃO

A BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) PARA
RESOLVER PROBLEMAS ACADÊMICOS

Kallyta Cristina da Silva Gomes

Brasília
2015

Kallyta Cristina da Silva Gomes

**A BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA E-
DUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) PARA RESOL-
VER PROBLEMAS ACADÊMICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito básico para a conclusão do Curso de Biblioteconomia.

Orientador (a): Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Brasília
2015

G633

Gomes, Kallyta Cristina da Silva.

A busca de informação dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para resolver problemas do acadêmicos / Kallyta Cristina da Siva Gomes. – Brasília : Unb, 2015.

78 p. il.

Monografia (Curso de Biblioteconomia) – Universidade de Brasília - UNB
Orientadora: Profª Drª Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque.

1. Ciência da Informação. 2. Biblioteconomia. 3. Educação. 4. EJA.
I. Título.

CDU - 374



Título: Busca da informação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos para resolver problemas do cotidiano.

Aluna: Kallyta Cristina Da Silva Gomes.

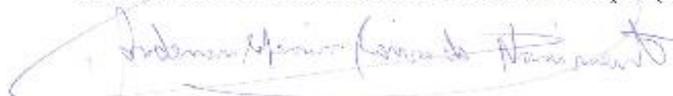
Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 04 de dezembro de 2015.


Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque – Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação


Dulce Maria Baptista – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Anderson Messias Roriso do Nascimento – Membro Externo
Doutorando da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)



Dedico esse trabalho a Deus, minha família, meu namorado, meus amigos e professores. E em especial à minha mãe por ser a mãe mais maravilhosa do mundo e por sempre ter se sacrificado para que eu pudesse concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me dado o dom da vida, por ser o Pai perfeito que nunca falha comigo.

À minha linda mãe Kelly Cristina, por ser a mãe mais maravilhosa do mundo, um exemplo de mãe e de mulher, minha melhor amiga. Agradeço também por sempre ter se sacrificado pelos meus estudos e por ter me incentivado desde pequena a ter amor pela leitura e pelo conhecimento. Sem ela nada disso seria possível. Minhas vitórias não são só minhas, são nossas mãe, sou eternamente grata a Deus por ser sua filha.

Agradeço também a minha família incrível que sempre me ajudou e me deu apoio. Minha irmãzinha Victoria Gomes, a coisa mais linda que já me aconteceu, meu pai Sebastião Gomes, o melhor pra dar palavras de incentivo, meu irmão Juliano Martins, sempre meu melhor confidente, e a minha avó Maria Soares que sempre me mimou muito. Obrigada por todo amor que sempre me deram.

Agradeço ao Alisson Vinicius, meu namorado, meu companheiro meu grande amor, pela paciência e por toda ajuda e apoio que me deu na elaboração desse trabalho. Eu te amo demais, eu te admiro demais, você já é parte de mim.

Agradeço aos meus padrinhos que sempre me amaram e cuidaram de mim como se fosse uma filha. Obrigada, pois o amor e o cuidado que me dedicaram com certeza fez de mim uma pessoa melhor.

Agradeço a minhas super amigas, por ser minhas irmãs de coração, e por apesar de tudo sempre estarem comigo, Leticia Gabrielly, Beatriz Maia, Cristine, e Ana Paula Nascimento, Clara Maruska, Bárbara Diniz. Vocês são as melhores que alguém poderia ter.

Agradeço ao Thyago Michels e a todos da Orquestra de Teclados de Brasília. Com vocês além de poder viver no mundo mágico da música, aprendi sobre o trabalho em grupo, dedicação, persistência, autodisciplina, e que os sonhos podem ser tornar realidade.

Agradeço ao pessoal do SEDECO vocês me proporcionaram um estágio incrível onde pude crescer tanto academicamente como profissionalmente.

Agradeço a toda equipe do Cesas pela ajuda com a minha pesquisa e aos alunos pelas respostas do questionário.

E agradeço a todos os meus professores por todo conhecimento que me proporcionaram, por terem acreditado em mim e agradeço principalmente a minha orientadora por toda dedicação, paciência, apoio e correções.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes.”

(Cora Coralina)

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar como os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) buscam informação para resolver os problemas cotidianos e da vida escolar. A metodologia usada foi a pesquisa semi-qualitativa, com a utilização de questionário no Cesas com estudantes de 1º, 2º e 3º ano do terceiro período. Os resultados demonstram que precisa haver maior incentivo nas bibliotecas escolares e maior interação do bibliotecário com o professor para que os estudantes tenham acesso à informação de maneira mais eficaz e eficiente.

Palavras-chave: EJA, educação, biblioteconomia, busca de informação.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the students of Jo-come and adult education seek information to solve everyday and school life issues. The methodology used was the semi-qualitative research, with the use of questionnaire in Cesas with 1 students, 2nd and 3rd year of the third period. The results demonstrate that there needs to be greater incentive in school libraries and librarian greater interaction with the teacher so that the stud-before to access information more effectively and efficiently.

Keywords: adult education, education, library, information search.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dado X Informação X Conhecimento X Decisão.....	24
Figura 2 - Necessidade de informação.....	24
Figura 3 - Comportamento Informacional segundo Wilson.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quadro taxa de analfabetismo- 15 anos ou mais.....	34
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo de Kuhlthau.....	31
Quadro 2 - Pesquisa qualitativa X pesquisa quantitativa.....	44
Quadro 3 -Quadro comparativo entre técnicas de coleta de dados.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo- 15 anos ou mais	33
Gráfico 2 - Homem X mulher e faixa etária	53
Gráfico 3 - Quantidade de mulheres e faixa etária	54
Gráfico 4 - Quantidade de homens e faixa etária	54
Gráfico 5 - Série do ensino médio	55
Gráfico 6 - Lugares onde estudantes mais buscam informação.....	55
Gráfico 7 - Frequência na biblioteca.....	56
Gráfico 8 – Existência de bibliotecário na biblioteca	57
Gráfico 9 - Relevância do bibliotecário na biblioteca.....	57
Gráfico 10 – Auxílio do bibliotecário na biblioteca	58
Gráfico 11 - fontes mais acessadas	58
Gráfico 12 - fontes mais acessadas na internet	59
Gráfico 13 - Dificuldade para acessar informação.....	59
Gráfico 14 - Locais onde acessam internet.....	60
Gráfico 15 - Critérios para avaliação da informação	60
Gráfico 16 – Maiores dificuldades para busca de informação.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CED	Centro educacional
CESAS	Centro de Estudos Supletivos Asa Sul
CI	Ciência da Informação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
DF	Distrito Federal
EaD	Educação a Distância
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEDF	Fundação Educacional do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SCIA	Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SGAS	Setor de Grandes Áreas Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. OBJETIVOS.....	17
2.1 GERAL.....	17
2.2 ESPECÍFICOS.....	17
3. JUSTIFICATIVA.....	18
4. REVISÃO DE LITERATURA.....	20
4.1 CONCEITOS DE INFORMAÇÃO.....	20
4.2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL.....	22
4.2.1 Necessidade de informação	23
4.2.2 Busca da informação	26
4.2.3 Modelos de comportamento informacional	27
4.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	31
4.3.1. O que é o EJA?	32
4.3.2 História da EJA	37
4.3.3 Perfil do EJA no DF	41
5. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	43
5.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	43
5.2. UNIVERSO DA PESQUISA	45
5.2.1 População.....	45
5.3. AMOSTRA	47
5.4. COLETA DE DADOS	49
5.4.1 Instrumentos de coleta.....	49
5.4.2 Instrumentos de coleta da pesquisa	51
5.5. PRÉ-TESTE.....	52
5.6. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	52
6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	53
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS	66
Anexo 1.....	81

1. INTRODUÇÃO

O indivíduo que, na fase adulta, opta por voltar à escola certamente viu grandes benefícios de concluir os estudos tanto a nível profissional quanto a nível social. No Brasil 13,9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade são analfabetas (IBGE, 2010). Araújo Freire (2005, p. 25) revela que “produzir analfabetos é arrancar-lhes a voz da participação, da cidadania e da vida social com dignidade” e acrescenta que a alfabetização conscientizadora possibilita o indivíduo se constituir como cidadão e não apenas ficar a mercê dos que possuem conhecimento.

Freire (1999) defendia a educação como possibilidade de liberdade. Ou seja, a inserção do indivíduo na escola é mais que aprender apenas a ler e escrever, é sinônimo de autonomia e inserção social. Nesse sentido, a possibilidade de voltar aos bancos da escola para aprender, para se desfazer do analfabetismo surge como oportunidade promissora para muitos estudantes que não conseguiram finalizar a educação básica. De acordo com o Censo Escolar de 2014, o Brasil conta com cerca de 3,5 milhões de pessoas matriculadas na EJA, em que 30 % desses matriculados estão com a idade entre 15 e 19 anos.

Soares (2015), doutor em Educação e coordenador da unidade de pesquisa do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade de Juíz de Fora, em entrevista dada para o EBC (2015) argumenta que a EJA constitui-se um processo importante para os jovens e adultos que trabalham e não dispõem de horário flexível para o trabalho. Além disso, permite a redução no tempo total dos estudos para recuperar no ensino regular.

No processo de aprendizagem, a busca da informação torna-se etapa fundamental para que o estudante adquira o conhecimento. Wilson (1981) explica que a busca da informação decorre de uma necessidade percebida pelo usuário. No caso, os estudantes do EJA têm necessidades e dificuldades específicas, decorrentes das carências informacionais e em geral, da situação socioeconômica precarizada.

O estudante busca na escola suprir as carências informacionais e acaba se deparando com um novo cenário: a sociedade da aprendizagem (GASQUE, 2004). Tal cenário exige preparo para a busca dessas informações, seja para atender de-

mandas escolares como qualquer tipo de necessidade informacional, ou para resolver problemas do cotidiano.

Nesse contexto, a figura do bibliotecário é primordial para permitir o acesso à informação desses usuários com perfis e demandas informacionais tão específicos, mais ainda cabe ao bibliotecário ensinar os usuários a lidarem com a informação. O objetivo da presente pesquisa é investigar a busca de informações dos estudantes do EJA para resolver problemas acadêmicos.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar como os estudantes do EJA buscam informação para resolver problemas acadêmicos.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar o perfil dos estudantes do EJA
- Identificar as fontes mais usadas pelos estudantes para as demandas acadêmicas
- Identificar os obstáculos em relação ao acesso à informação.

3. JUSTIFICATIVA

O “ensino e biblioteca são instrumentos complementares [...] ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito” (LOURENÇO FILHO, 1946, p.3-4). Campello (2003) acrescenta que o papel do bibliotecário no contexto escolar é priorizar a educação do usuário. Nas duas citações fica explícita a contribuição da biblioteca escolar para o indivíduo, pois é por meio dela que o estudante aprenderá a manejar eficientemente a informação.

Freire (1970, p. 70) explica que a educação “implica na negação do homem abstrato, isolado, solto e desligado do mundo, e na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”, ou seja, o estudante compreende o mundo, atuando sobre ele.

Ainda de acordo com o princípio de Freire (2008):

Torna-se, então, fundamental se atentar para o fato de que a fase da vida dos alunos dessa modalidade de ensino confere à Educação de Jovens e Adultos uma identidade que a diferencia da escolarização regular, com demandas educativas específicas, características diferenciadas de aprendizado, práticas adequadas de trabalho, representações também distintas acerca da idade cronológica e do tempo de formação.

Para Farias e Fulanetti (2011, p.9) esse contexto demanda uma compreensão diferenciada:

[...] a forma de atender a diversidade dos sujeitos da EJA de forma que jovens e adultos possam estar na escola e aprender. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso há a necessidade de compreender seus tempos para então organizar, segundo as possibilidades de cada grupo ou pessoas, o momento de formação, para garantir sua permanência e direito à educação. Nesse sentido se faz importante a pesquisa sobre os sujeitos da educação de jovens e adultos. Muitos deles têm história de fracasso, de não aprendizados, de frustrações, por isso não é possível repetir modelos e manter abordagens infantilizadas. Ler e escrever são práticas indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, o que requer que jovens e adultos aprendam ao longo da vida num diálogo constante com seus saberes que não podem ser ignorados.

Os estudantes do EJA são indivíduos que, em sua maioria, foram excluídos do processo escolar, trabalham em ocupações não qualificadas e trazem consigo grande bagagem de conhecimento acumulado ao longo da vida. Sendo assim, buscam infor-

mação de maneira diferente, de modo a ampliar sua compreensão pelo mundo (OLIVEIRA, 2001).

Nesse contexto, compreender como os estudantes matriculados no EJA buscam informação para as demandas acadêmicas é crucial, visto que, muitas vezes, há obstáculos que atrapalham esse processo. Por isso, a escolha desse tema visa estimular a discussão sobre o papel do bibliotecário frente às bibliotecas escolares e, principalmente compreender melhor as necessidades informacionais dos estudantes do ensino EJA. Busca-se, portanto, entender como os estudantes procuram e acessam a informação para resolver problemas acadêmicos no cenário informacional contemporâneo.

4. REVISÃO DE LITERATURA

Esse tópico inicia a revisão de literatura da pesquisa. O objetivo é verificar o estado da arte sobre os conceitos-chave da pesquisa, quais sejam, informação, comportamento informacional, ensino do EJA e biblioteca escolar.

Noronha e Ferreira (2000, p. 191) definem revisão de literatura como:

estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas idéias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Portanto esse tópico reúne produções bibliográficas referentes à área de busca de informação dos estudantes da EJA.

4.1 CONCEITOS DE INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação configura-se como campo multi, inter e transdisciplinar (SARACEVIC, 1992; 1995; PINHEIRO, 2006). Um dos principais desafios tem sido definir o que é informação. Há muitas definições para o termo em diferentes áreas, mas na ótica da CI o objeto informação é uma representação, cuja importância e relevância estão ligadas ao seu uso (OLIVEIRA, 2005).

O uso do termo “informação” no vocabulário científico é bastante recente. Surgiram definições em diferentes momentos do processo evolutivo das acepções atribuídas pelos estudiosos mais renomados ao termo “informação” e, de forma geral, informação é sempre alguma linguagem ou código de sinais do tipo que for, que permite externar o conhecimento, comunicar, registrar e transmitir a informação gerando novo conhecimento (ROBREDO, 2011).

Wurman (1991, p. 42) demonstra a necessidade de entender o sentido de informação devido à polissemia do termo:

A palavra “informação” sempre foi ambígua e literalmente empregada para definir diversos conceitos”. Os dicionários registram que a palavra tem sua raiz no latim *informare*... A definição mais comum é “a ação de informar, formação ou moldagem da mente ou do caráter, treinamento, instrução, ensinamento, comunicação de conhecimento instrutivo.

A palavra informação é derivada do latim. A palavra “informar” significa dar uma forma para a mente”, com o sufixo “ção” que denota substantivo de ação. Esta primeira noção refere-se a um item treinamento de modelagem da mente (LOGAN, 2012, p.24-26).

Para Le Coadic (1996, p. 5), a informação é um “conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), que associa um significante a um significado.

O autor acrescenta que (1996, p.5):

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial temporal [...] o objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento; e o meio é a transmissão do suporte, da estrutura.

A lei de Acesso a informação, Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, define informação como dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. Já popularmente, a informação é entendida como esclarecimento que se dá a alguém em resposta a alguma pergunta (DANTAS, 2000, p. 24)

Pinheiro (1997), em sua tese, faz um recorte de vários autores para descrever a informação. Segundo a autora, a informação tem o efeito de transformar ou reforçar o que é conhecimento para o ser humano, isto é, é a matéria prima para o conhecimento; pode ser trocada e não somente recebida; pode ser definida os efeitos pelo receptor; é utilizada como coadjuvante para tomar decisões; e por fim, é a liberdade de escolha na hora de selecionar uma mensagem.

A informação transforma o mapa cognitivo e possibilita a redução do nível de incerteza (ORRICO; OLIVEIRA, 2006, p. 143). Sendo assim, Barreto (2006, p. 3) identifica a informação como “estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade.” Nas palavras de McGarry (1999), a informação constitui-se conhecimento sob o estado potencial. Diante disso, há de se reconhecer o aspecto cíclico explicitado na sua relação.

Araújo (2010, p.96) apresenta três conceitos de informação, de acordo com Capurro: o primeiro conceito é o conceito “físico” enfatizando a dimensão material da informação (a informação escrita em um suporte); a segunda é a “cognitiva” em que a informação não é só uma manifestação física, mas dependente do que está na mente do usuário para ser interpretada; e o terceiro conceito relaciona-se à informação como fenômeno social, ou seja, a informação é uma construção coletiva, conjunta, intersubjetiva.

Por sua vez, Buckland (1991) classifica informação pelo uso: informação-como-processo cuja informação é a comunicação do conhecimento; informação-como-conhecimento em que a informação tem o papel de reduzir incertezas e informação-como-coisa em que a informação é também atribuída a objeto como, por exemplo, os documentos.

Como pode-se observar, os conceitos sobre informação são bem abrangentes, mas aqueles que melhor explicam o fenômeno relacionam-se com o receptor, assim, como refere Barreto (2002, p. 1), “a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo. Aqui a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo”.

A informação é, pois, elemento importante na sociedade contemporânea, em especial, para o desenvolvimento pessoal. As pessoas precisam de informação para resolver problemas, tomar decisões. Por isso, as pessoas se engajam em atividades de busca e uso da informação.

4.2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

Comportamento informacional é um tópico de pesquisa de ciência da informação iniciado no início do século passado, com os primeiros estudos dos leitores de biblioteca. Como área de estudo, consolidou-se em meados da década de 1940. Wilson (2000) explica que o comportamento informacional abrange os tópicos de busca, uso e pesquisa da informação:

- Comportamento informacional: comportamento humano em relação ao uso de informação, incluindo a busca passiva ou ativa.
- Comportamento de busca de informação: a ação de buscar informação para suprir uma necessidade ou atingir um objetivo
- Comportamento de pesquisa da informação: um micro nível do comportamento, em que o indivíduo interage com o sistema de informação.
- Comportamento de uso de informação: é o conjunto dos atos mentais e físicos e envolve a incorporação de novas informações e conhecimento.

Gasque e Costa (2010, p.31) argumentam que os conceitos sobre comportamento informacional foram evoluindo e destacam as seguintes mudanças:

- pesquisas mais centradas no indivíduo;
- inclusão de outros grupos estudados, além de cientistas e tecnólogos;
- abordagem multifacetada, englobando os aspectos sociocognitivo e organizacional;
- compreensão do comportamento informacional como processo em que os indivíduos estão constantemente buscando e usando informações;
- ampliação dos estudos qualitativos, assim como do uso de múltiplos métodos;
- maior consistência teórica com aumento de fundamentação interdisciplinar,
- crescimento do número de pesquisas, em todas as partes do mundo.

Tais mudanças mostram a necessidade de compreender o processo em uma visão multidimensional (GASQUE, COSTA, 2010, p.31). Para Morin (2005, p.279) essa multidimensionalidade é a “realidade antropossocial, isto é, que não escamoteie nem sua dimensão biológica, nem a dimensão do social, nem a do individual, isto é, que possa enfrentar as questões do sujeito e da autonomia”.

4.2.1 Necessidade de informação

A informação é considerada peça-chave para auxiliar as atividades humanas. A partir da necessidade de solução de problemas com os quais os indivíduos se deparam constantemente, há a busca pela informação, a qual possui a capacidade de se transformar em conhecimento (SANTANA, 2013, *passim*) auxiliando assim na tomada de decisão como mostra o quadro abaixo:



Figura 1 - Dado X Informação X Conhecimento X Decisão.

Fonte: (PRIMAK, 2008: p.19 *apud* FIGUEIREDO, 2014, p. 26).

Diversos autores, durante muito tempo, discutiam a dificuldade de definir o termo *necessidade de informação*, principalmente pelo fato de estar associado à “informação” e às próprias dificuldades de definição. Além disso, há o fato de qualquer necessidade estar interiorizada no indivíduo. Essa dificuldade resulta em falta de teorias padronizadas pela questão da ambiguidade do termo (BETTIOL, 1990).

Segundo Le Coadic (1996, p. 39), “necessidades e usos de informação são interdependentes, se influenciam reciprocamente de uma maneira complexa que determinará o comportamento do usuário e suas práticas”. Tal como mostra o quadro abaixo:

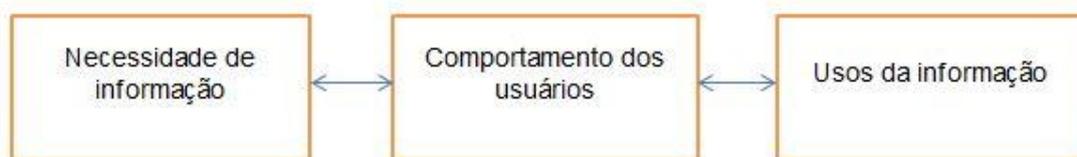


Figura 2- Necessidade de informação

Fonte: Le coadic, Yves-françois (1996, p. 39).

Como se pode observar, existem vários tipos de necessidade de informação:

(a) necessidade de informação nova; (b) necessidade de elucidar informações já possuídas; (c) necessidade de confirmar uma informação que já se possui. Levando em conta o componente cognitivo das necessidades informacionais e a importância dada às convicções e aos valores, Wilson acrescenta (a) necessidade de elucidar convicções e valores e (b) necessidade de confirmar convicções e valores (SILVEIRA, ADDONE, 2007 *apud* WEIGTS, 1993, WILSON, 1997, p. 121).

Martucci (1997) enfatiza que o indivíduo é uma apropriação singular do universo social e histórico que o rodeia, portanto a necessidade de informação deve ser vista em nível individual.

Ferreira (1996) ressalta que, embora as pessoas tenham as próprias experiências subjetivas, existe também grande similaridade entre situações encontradas pelos diferentes indivíduos. Wilson (1981) acrescenta que as necessidades nascem dos papéis dos indivíduos na vida social e o mais relevante deles é aquele exercido no trabalho.

Wilson (1996) traz três variáveis que influenciam a necessidade de informação:

- Pessoal: é o estado psicológico, emocional e demográfico do indivíduo, inclui a perspectiva de vida, valores, orientação política, conhecimento, estilo de aprender, medo do risco, dúvida, conformismo, atitudes para inovação, estereótipos, preferências, preconceitos, auto percepção, interesses e conhecimento do assunto, sexo, idade, estado social e econômico, educação e experiência de trabalho, etc.
- Papel social/interpessoal: papel que uma pessoa exerce, principalmente profissional, situa o indivíduo em um sistema social ou em um sistema de comunicação e seu nível hierárquico profissional.
- Ambiental: são as variáveis que podem ser analisadas no âmbito de um país, organização ou local, por exemplo, a legislação, situação econômica, nível de estabilização, estrutura organizacional de um setor, cultura, etc.

Diante desses conceitos infere-se que a necessidade de informação resulta de questões subjetivas. Quando Le Coadic (1996, p. 40) pergunta “a necessidade de informação é uma necessidade derivada que serviria à realização de outros tipos de necessidades?” pode-se dizer que sim, pois a necessidade de informação tem fundamentos básicos no cotidiano do indivíduo.

4.2.2 Busca da informação

A busca e a recuperação da informação têm sido bastante abordadas na ciência da informação, principalmente por se tratar de uma das principais preocupações da biblioteconomia.

O dicionário Aurélio eletrônico (2000) traz a seguinte definição para a palavra busca: ato ou efeito de buscar; procura com o fim de encontrar alguma coisa; investigação cuidadosa; pesquisa, exame; procura minuciosa; movimento íntimo para alcançar um fim.

Na ciência da informação, busca da informação pode ser definida como técnica ou conjunto de regras para tornar possível o encontro entre uma pergunta formulada e a informação armazenada em uma base de dados. A partir de um arquivo, um conjunto de itens que constituem a resposta de uma determinada pergunta será selecionado (LOPES, 2002, p. 61).

Wilson (1981) explica que a busca da informação decorre de uma necessidade percebida pelo usuário, que para supri-la pode procurar tanto em sistemas formais, como bibliotecas, e como informais, outras pessoas por exemplo.

Paletta e Pelissaro explicam que:

Buscar informação compreende uma estratégia de busca com técnicas que tornam possíveis a conexão entre uma pergunta formulada e uma base de dados. O problema reside na localização da informação correta, pois no resultado da busca são gerados documentos e partes de documentos com diferentes níveis de relevância e significado referentes à informação buscada. Daí o papel crucial do profissional da informação, como aquele que possui discernimento para avaliar a pertinência do que é útil em determinado contexto, o que lhe exige maior conhecimento da comunidade usuária com a qual trabalha. (PALETTA, PELISSARO, 2015, p. 127)

Sendo assim a busca de informação pode ser entendida como o ato de pesquisa para solucionar o problema detectado, e há alguns fatores que influenciam essa busca de informação.

De acordo com Wilson e Walsh (1996) existem oito variáveis que intervêm no processo de busca informacional: pessoais; emocionais; educacionais; demográficas; sociais ou interpessoais; de meio ambiente; econômicas; relativas às fontes (acesso aos canais de comunicação).

Para Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996 apud MARTINEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007, p. 121) só existem dois fatores que influenciam na busca de informação:

- As fontes de informação, locais onde são procuradas as informações. As fontes mais comumente referidas são colegas, professores, bibliotecas, livros, artigos e a própria experiência. Essas fontes podem estar em diversos formatos que podem estar em diferentes sistemas.

- Conhecimento da informação, conhecimento das fontes de informação e do próprio processo de busca onde devem ser avaliados requisitos como confiabilidade e utilidade da informação, apresentação, oportunidade, custo, qualidade e acesso à da informação.

No curso da busca, o indivíduo pode interagir com sistemas de informação manuais (tal como periódicos, uma biblioteca, ou outros centros de informação), ou com sistemas baseados em computador (tal como a World Wide Web) (GARCIA, 2007, p. 80).

4.2.3 Modelos de comportamento informacional

Os modelos de comportamento informacional, no geral, só começaram a emergir, e chamar a atenção, quando começaram a serem adotados os métodos qualitativos nos últimos vinte e cinco anos. Isto ocorreu pela utilização das teorias e modelos das Ciências Sociais aplicados aos estudos de comportamento informacional, resultando em trabalhos mais relacionados às pesquisas referentes ao comportamento humano frente à informação (GARCIA, 2007, p. 80).

Há dois tipos de pesquisas na área de comportamento informacional: uma com o enfoque no sistema, e outro com enfoque no próprio usuário. O segundo centra-se nos problemas do usuário ressaltando que a eficiência da recuperação de informação deve levar em conta a integração dos resultados da experiência do usuário e a avaliação que ele faz da importância da informação para a solução de seus problemas (JAMES, 1983; HALL, 1981).

Davenport (1998) define comportamento informacional como a forma que os indivíduos buscam, usam, alteram, trocam, acumulam e também o ato de não darem

importância a certas informações. Por sua vez, Caregnato (2003) argumenta que comportamento informacional está diretamente relacionado ao comportamento de busca humano, coleta, organização, recuperação e uso da informação.

Para Wilson (2000), comportamento informacional é todo comportamento humano relacionado às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação.

Os modelos mais conhecidos na ciência da informação situam-se no contexto cognitivista e social. O primeiro significa que o usuário é o foco do modelo e o segundo que o foco é o contexto em que o usuário está inserido. Alguns desses modelos são: modelo geral de busca de informação de Wilson (1981), modelo de *Sense making* de Dervin (1972), Modelo de Ellis (1989), Modelo de Khuthau (1991), modelo de comportamento informacional de Wilson (1999).

A figura 3 mostra o modelo de comportamento informacional de Wilson baseado nas necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas dos indivíduos.

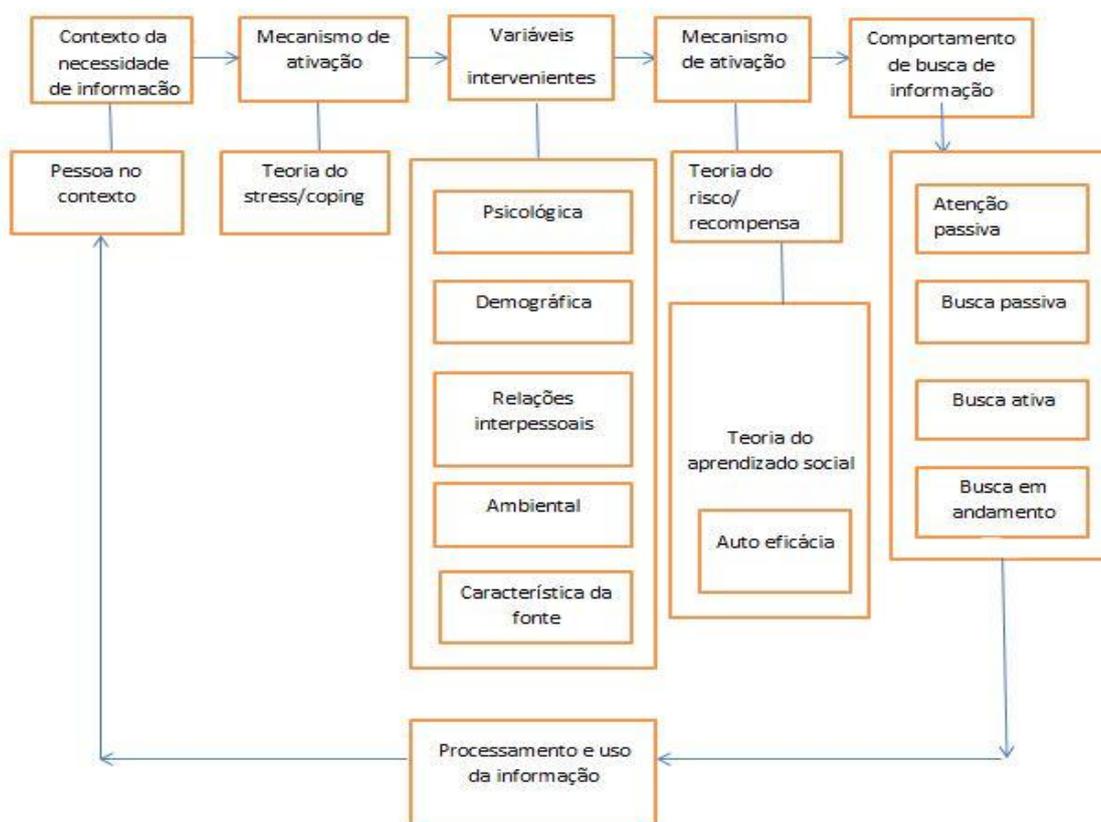


Figura 3 - Comportamento Informacional segundo Wilson.

Fonte: (WILSON, 1999, p.255)

No esquema acima Wilson explica o comportamento de busca de informação ocorre para suprir a necessidade de informação do indivíduo, que surge nos diferentes contextos em que ele vive – social, profissional, econômico, etc. Leva em conta mecanismos de ativação, no caso a teoria do *stress/coping*, que catalisará a busca. Contudo, ao buscar informações, o sujeito pode se deparar com as variáveis intervenientes que podem influenciar a busca de informação. A busca da informação pode ocorrer de forma passiva, ativa ou andamento. As informações servirão como subsídio para o processamento e uso.

No *Sense making* de Dervin (1992), a busca de informação é orientada por uma ausência de informação na estrutura de conhecimento do usuário. O processo começa quando o sujeito se defronta com um novo problema e não tem conhecimento suficiente para superar esse problema. Sendo assim, o *Sense Making* é um modelo cognitivo e social.

Sobre o *Sense Making* Ferreira (1997, p.2) explica que:

A base conceitual do Sense-Making foi desenvolvida com suporte na teoria de vários estudiosos, como Bruner & Piaget (cognição), Kuhn & Habermas (constrangimento das ciências tradicionais e alternativas), Ascroft; Beltran & Rolins (teórica crítica), Jackins & Roger (teoria psicológica) e principalmente em Carter, teórico da comunicação, afirmando que o homem cria ideias para transpor as lacunas que lhes são apresentadas em decorrência da descontinuidade sempre presente na realidade.

Em 1989, Ellis elaborou um modelo que envolvia uma série de categorias de atividades de busca informacional:

- Começar: o início das atividades de busca
- Encadeamento: prosseguimento da busca
- *Browsing*: busca semidirigida em locais potenciais de busca
- Diferenciar: filtrando e selecionando a informação
- Monitorar: continuar revendo as fontes identificadas como importantes
- Extrair: trabalhar sistematicamente com as fontes já selecionadas
- Verificar: conferir a veracidade das informações
- Finalizar

Kuhlthau (1991) acrescentou ao modelo de Ellis uma associação entre sentimentos, pensamentos e atitudes. O modelo tem seis estágios no processo de busca:

- a- Iniciar: está relacionado ao processo de conhecimento de uma necessidade de informação.
- b- Selecionar: o usuário identifica e relaciona os assuntos relacionados à necessidade.
- c- Explorar: o usuário busca a informação necessária para alcançar seu objetivo
- d- Formular: é o ponto principal de busca da informação que nem sempre é alcançado, nesse estágio o usuário encontra dúvidas e novas informações.
- e- Coletar: o usuário reuni as informações necessárias.
- f- Apresentar: é o estágio em que os usuários transformam as informações em conhecimento.

O quadro abaixo mostra o modelo de forma detalhada:

Estágios no processo de busca da Informação	Sentimentos comuns em cada estágio	Pensamentos comuns em cada estágio	Ações comuns em cada estágio	Tarefas apropriadas em correspondência com o Modelo de Kuhlthau
a- Iniciação	Incerteza	Geral vago	Busca de informação já recuperada	Reconhece
b- Seleção	Otimismo	---	---	Identifica
c- Exploração	Confusão frustração	---	Busca de Informa-	Investiga

	dúvida		ção relevante	
d- Formulação	Clareza	Limitado claro	---	Formula
e- Coleção	Sentido de direção confiança	Amplia empenho	Busca de informações relevantes ou focalizada	Coleta
f- Apresentação	Alívio satisfação ou desapontamento	Claro Foco	---	Completa

Quadro 1 - Modelo de Kuhlthau

Fonte: Kuhlthau, 1991.

Para Kuhlthau (1991), o processo de busca de informação constitui-se pelas atividades construídas pelos indivíduos para dar significado à informação e aumentar o conhecimento sobre um problema particular. Desse modo, a busca de informação é um processo que envolve a experiência do indivíduo, incluindo sentimentos, pensamentos e ações.

Os referidos modelos servem para explicar como ocorre o fenômeno do comportamento informacional. Tenta prever como determinadas ações ocorrerão em determinado contexto, tempo-espaco. A ideia é explicar as ações de busca e uso da informação a partir de uma necessidade de informação. Nesse sentido, cada vez mais indivíduos se engajam nas atividades de busca de informação para resolução dos problemas, por exemplo, os jovens aprendizes que cursam o EJA.

4.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

4.3.1. O que é o EJA?

Sabe-se que a situação socioeconômica brasileira é precária, e que a distribuição de renda determina o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Assim há um quadro enorme de cidadãos na fase adulta sem acesso a educação básica (CURY, 2002, p. 169).

O Censo Demográfico (IBGE, 2010) apontou que no Brasil 13,9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade são consideradas analfabetas. Por sua vez, os dados da Pnad/IBGE 2011 apontam que 56,2 milhões de pessoas com mais de 18 anos não frequentaram a escola e não têm o ensino fundamental completo.

O gráfico 1 apresenta dados do Ministério da Educação que mostram a porcentagem de analfabetos com mais de 15 anos no Brasil até 2011, com estimativa para até 2015. A taxa, apesar de decrescente, é bastante alta, como se pode observar.

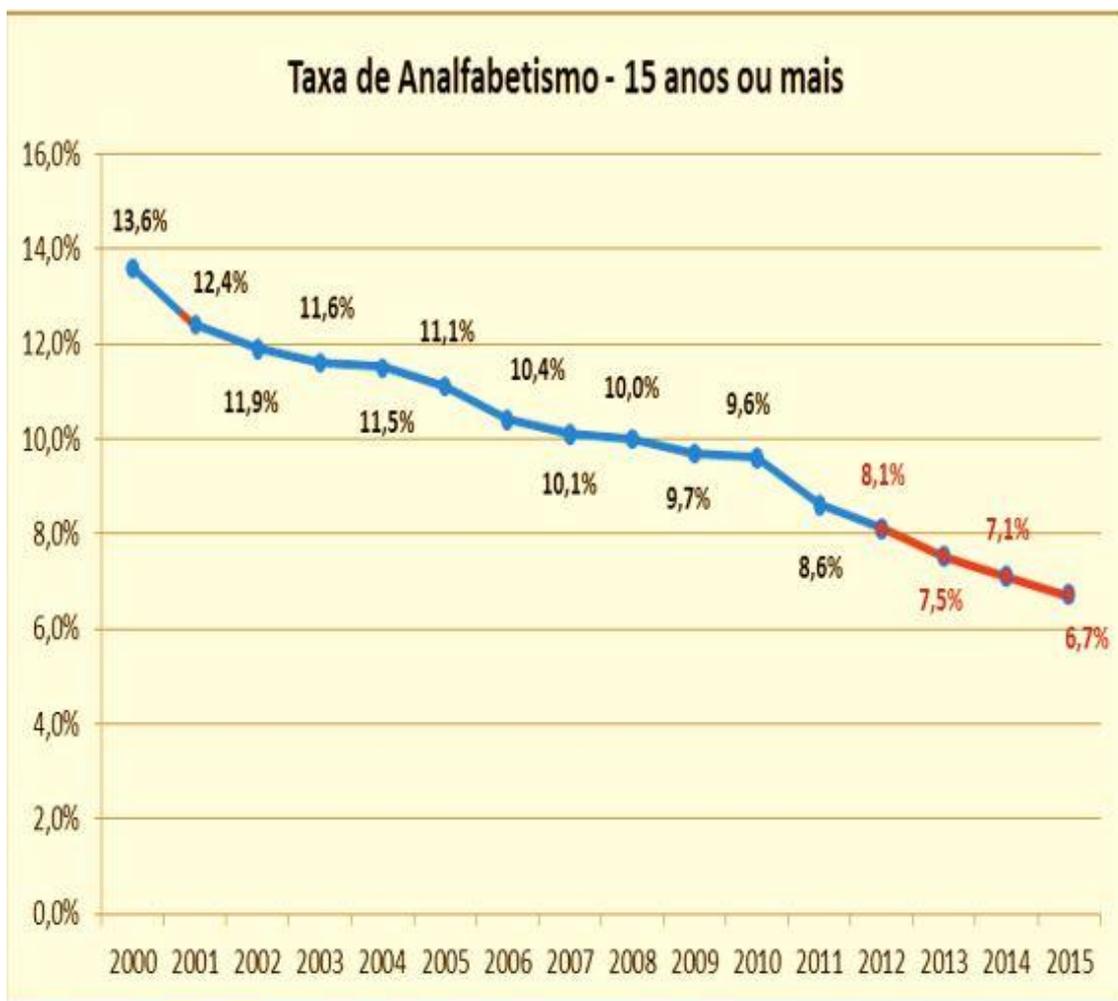


Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo- 15 anos ou mais

Fonte: (BRASIL, 2013).

A tabela 1 mostra os dados estatísticos do gráfico 1 destacando a população:

Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais		
Ano	%	População
2000	13,6	16.295.000
2001	12,4	15.098.000
2002	11,9	14.815.000
2003	11,6	14.813.000
2004	11,5	15.167.000
2005	11,1	15.046.000
2006	10,4	14.431.000
2007	10,1	14.159.000
2008	10	14.273.000
2009	9,7	14.120.000
2010	9,6	13.941.000
2011	8,6	12.866.000
2012	8,1	12.133.476
2013	7,5	11.234.700
2014	7,1	10.635.516
2015	6,7	10.036.332

Tabela 1- Quadro taxa de analfabetismo- 15 anos ou mais

Fonte: (BRASIL, 2013).

Devido ao grande número de indivíduos na fase adulta não alfabetizados, a Constituição Federal de 1988 na Lei nº 9.394/96, art. 4 assegura que:

É garantido o acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria, a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando e a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Segundo a Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal ([200?]): “a Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica desti-

nada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio.”.

Rosa (2005) afirma que a população participante da EJA é, geralmente, definida em termos estatísticos como as pessoas de 15 anos ou mais que precisam ser alfabetizadas. Em geral, essas pessoas não tiveram oportunidade de acesso à escola formal.

Oliveira (2001) argumenta sobre a necessidade de caracterizar os estudantes da EJA como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Normalmente, são jovens e adultos, com passagem curta e não regular pela escola, que trabalham em ocupações não qualificadas, sejam urbanas ou rurais, após trabalho na infância e adolescência, filhos de trabalhadores com baixo nível de instrução escolar, ou até mesmo analfabetos, e que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo.

Já Di Pierro et al., (2001, p.65) caracteriza a EJA como:

[...] oportunidade educativa para um largo segmento da população, com três trajetórias escolares básicas: para os que iniciam a escolaridade já na condição de adultos trabalhadores; para adolescentes e adultos jovens que ingressaram na escola regular e a abandonaram há algum tempo, frequentemente motivados pelo ingresso no trabalho ou em razão de movimentos migratórios e, finalmente, para adolescentes que ingressaram e cursaram recentemente a escola regular, mas acumularam aí grandes defasagens entre a idade e a série cursada.

No site do ministério da Educação, nas diretrizes curriculares, a EJA pode ser compreendida como uma modalidade da educação básica e direito do cidadão, como se pode observar:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/ CEB Nº1/2000, definem a EJA como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, afastando-se da ideia de compensação e suprimento e assumindo a de reparação, equidade e qualificação, o que representa uma conquista e um avanço (BRASIL.2002, p.17).

No mesmo documento, pode-se ler que o primeiro traço cultural relevante para esses jovens e adultos é a condição de excluídos da escola regular, em que esses indivíduos sofreram duas exclusões: a primeira pela privação da escola na infância e a segunda quando procuram a escola já adultos, que nem sempre está pre-

parada para recebê-los. E ressalta a necessidade de se caracterizar esse jovem e esse adulto para conhecê-lo melhor e com isso ser possível trabalhar com eles.

Visando reparar essas exclusões a EJA tem três funções fundamentais para que a educação dos estudantes seja de qualidade:

A função reparadora significa reparar o direito civil de uma escola de qualidade negada na infância.

A função reparadora, não só desrespeita a entrada dos jovens e adultos no campo dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito de uma escola de qualidade – mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (BRASIL, 2002. p.18).

A função equalizadora garante ao indivíduo a inserção no mundo do trabalho, na vida social através da educação e a função qualificadora tem como objetivo assegurar uma formação permanente.

Segundo Ribeiro e Tavares ([200?]):

A EJA tem o objetivo de promover a inclusão social e a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos, proporcionando condições para que essa parte da população construa sua cidadania, resgate a sua identidade e possa ter acesso à qualificação. São pessoas muitas vezes julgadas por não saber ler e escrever, como também pela sua cultura e por serem imigrantes que chegam às grandes cidades sem saber o que irá acontecer de origem muito simples, pais e filhos trabalhadores rurais com baixo nível de instrução escolar considerados analfabetos (RIBEIRO, TAVARES, [200?], p.).

Nessa perspectiva, o estudante da EJA tem necessidade de manter a autoestima e acredita muito na escola. Por isso, a instituição deve trabalhar com ele sempre numa concepção de liberdade.

Nas diretrizes do Ministério da Educação de Brasil ([200?]) a EJA é oferecida em cursos presenciais, semipresenciais e a distância, além da oferta de exames supletivos. A estrutura do ensino presencial, semipresencial e não presencial pode variar de acordo com as opções de cada sistema de ensino. Tanto a estrutura e a duração dos cursos de educação de jovens e adultos como dos exames supletivos devem ser definidas pelos próprios sistemas de ensino, respeitadas as normas da legislação educacional.

O ensino presencial pode ser oferecido anualmente ou semestralmente (correspondendo a um ano), correspondendo à duração do ensino regular, embora com enfoque e metodologias diferenciadas. Os cursos não presenciais podem ser oferecidos sob as mais variadas formas, inclusive mediante estudos modulares, e avaliados em exames supletivos. Os cursos semipresenciais são de frequência não obrigatória e, também, são avaliados em exames supletivos.

De acordo com as recomendações internacionais da Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia), a EJA deve ter os seguintes princípios (OEI, ([200?], p.166):

- Sua inserção num modelo educacional inovador e de qualidade, orientado para a formação de cidadãos democráticos, sujeitos de sua ação, valendo-se de educadores que tenham formação permanente como respaldo da qualidade de sua atuação.
- Currículo variado, que respeite a diversidade de etnias, de manifestações regionais e da cultura popular, cujo conhecimento seja concebido como uma construção social fundada na interação entre a teoria e a prática e o processo de ensino e aprendizagem como uma relação de ampliação de saberes.
- A educação de jovens e adultos deve abordar conteúdos básicos, disponibilizando os bens socioculturais acumulados pela humanidade.
- As modernas tecnologias de comunicação existentes devem ser colocadas à disposição da melhoria da atuação dos educadores.
- A articulação da educação de jovens e adultos à formação profissional, no atual estágio de desenvolvimento da globalização da economia, marcada por paradigma de organização do trabalho, não pode ser vista de forma instrumental, mas exige um modelo educacional voltado para a formação do cidadão e do ser humano em todas as suas dimensões.
- O respeito aos conhecimentos construídos pelos jovens e adultos em sua vida cotidiana. (OEI, ([200?], p. 166)

4.3.2 História da EJA

Desde o início do Brasil, a educação sempre foi de forma elitizada, e a educação de jovens adultos tratada, muitas vezes, com extremo desprezo (GHIRALDELLI JR. 2008, p. 24).

Ao se observar a educação brasileira desde o período colonial, a Companhia Missionária de Jesus tinha a função de alfabetizar os índios em português, com ob-

jetivo específico de alfabetizar crianças, mas também se preocupavam com a alfabetização do índio adulto. Com a saída dos jesuítas e a entrada do Império em 1822, a educação de adultos entra em colapso. Desde então, a educação brasileira foi marcada pelo elitismo, restringindo assim o acesso à educação apenas para classe alta da sociedade (STRELHOW, 2002, p.51).

A partir do Ato Constitucional de 1834, ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos. É importante ressaltar que na prática educação era tida como ato de caridade e não como direito (STRELHOW, 2002, p.51).

Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente e, em 1881, a Lei Saraiva confirma a ideia da Reforma de Leôncio de Carvalho restringindo o voto às pessoas alfabetizadas. Instalando assim uma grande onda de preconceito e exclusão da pessoa analfabeta. E em 1891, o voto foi restrito às pessoas letradas e com posses, excluindo assim a população analfabeta que era a maior parte da população (STRELHOW, 2002, p.51).

A Constituição de 1934, consequência direta da Revolução Constitucionalista de 1932, tinha o objetivo de melhorar a vida da população, ao criar leis sobre diversos aspectos sociais incluindo a educação.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934).

Em 1937, com a instalação do Estado Novo, Getúlio Vargas cria uma nova constituição. Sobre isso, Ghiraldelli Jr. (2013, p. 4) explica que:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

Souza e Santana (200?) relatam que:

Na Constituição de 1937 houve enorme retrocesso na medida em que o texto constitucional vinculou a educação a valores cívicos e econômicos. Não houve preocupação com o ensino público, sendo o primeiro dispositivo no trato da matéria dedicado a estabelecer a livre iniciativa. A centralização é reforçada não só pela previsão de competência material e legislativa privativa da União em relação às diretrizes e bases da educação nacional, sem referência aos sistemas de ensino dos estados, como pela própria rigidez do regime ditatorial.

Em 1938, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, e a partir de suas pesquisas e estudos, foi fundado, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, que pretendia realizar programas que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para adultos e adolescentes. Em 1945, este fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fossem empregados na educação de jovens e adultos. Em 1946, é criada a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo, e em 1947 surgiu um programa, de âmbito nacional, visando atender especificamente às pessoas adultas, com a criação do Serviço de Educação de Adultos, SEA, que visava orientar os trabalhos do plano supletivo (STRELHOW, 2002, p.52).

Esse período foi considerado a Primeira Campanha de Educação de Jovens e Adultos. Para Beisiegel (2004 p.99-100):

Estas disposições instituíam uma nova área de atuação do Governo Federal no campo da educação. Pela primeira vez, uma importante parcela de recursos ficava explicitamente reservada para a educação de adultos. Por outro lado, imobilizando estes recursos, cuja aplicação subordinava a um plano geral ainda inexistente, a União se declarava obrigada a formular e a fazer cumprir uma política global de atuação, nesta área do ensino.

Strelhow (2002, p. 53) afirma que:

Um dos motivos para o surgimento da Primeira Campanha Nacional de Alfabetização foi a imensa pressão internacional para a erradicação do analfabetismo nas ditas “nações atrasadas”. Essa pressão internacional se deu pela criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) após o fim da segunda guerra mundial em 1945. A orientação da ONU e da UNESCO era de que a educação era o meio de desempenhar o desenvolvimento das “nações atrasadas”

Em 1952, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural, CNER, para atender a população rural. Cabia à Campanha

Difundir a educação de base no meio rural brasileiro, levar aos indivíduos às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma ideia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem (CNER, 1956, v.3, p.10).

Os anos 50 até o início dos anos 60 foram marcados por diversos movimentos em torno da EJA. Alguns desses movimentos são: “Movimento de Educação de Base” (1961), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE), Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal) (SILVA, VIDAL, 2007).

O Regime Militar (1964 a 1985) foi uma época marcada pela burocratização do ensino público, por teorias e métodos pedagógicos que buscavam restringir a autonomia de educadores e educandos, reprimindo, inclusive através da violência. Foram criadas as leis 5.540/68 e 5.692/71, formuladas por intelectuais do regime, formuladores da concepção tecnocrática, com caráter educacional elitista e autoritário. O objetivo maior na reforma da educação não tinha como prioridade proporcionar uma educação de qualidade para a população, mas sim estava voltada à adequação desse processo para suprir as necessidades emergentes da industrialização da época. (HAMMEL: COSTA: MEZNEK, 2011).

Para Oliveira (2007, p.4), na República Nova surge o direito legal à educação na idade certa. O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Em 1988, a constituição prevê que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Em 2000 com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino mediante a resolução

CNB/CEB Nº 1, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Em 2003, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado que pretendia erradicar o analfabetismo em quatro anos, mas com a mudança do Ministro da Educação em 2004 o programa foi reformulado, retirando-se a meta de erradicar o analfabetismo de quatro anos (STRELHOW, 2002, p.52).

Mesmo assim, o Brasil chegou ao século XXI com quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais. Além disso, chega a 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização somando os neo analfabetos que mesmo frequentando a escola não consegue atingir o domínio de leitura e escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273).

4.3.3 Perfil do EJA no DF

O IBGE, na publicação divulgada em 2011, “Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010” apontou que no Distrito Federal o índice de analfabetismo é de 3,5%, ou seja, 68.114 pessoas de 15 anos de idade ou mais que não sabem ler e escrever.

Os dados disponibilizados na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Distrito Federal - PDAD/DF 2011(CODEPLAN, 2011), publicados em.

2012 mostram que:

Da população total do Distrito Federal, 30,65% são estudantes e a maioria (19,74%) frequenta a escola pública (PDAD/DF, 2011), [...] Quanto ao nível de escolaridade dos residentes no Distrito Federal, 29,33% dos moradores informaram ter o ensino fundamental incompleto [...]. A participação dos que se declararam analfabetos, sabe [ler] e escrever e alfabetização de adultos, juntos totalizam 3,71% ressaltando-se que estes, somados aos com fundamental incompleto totalizam cerca de 33% da população. Os resultados da pesquisa mostram a alta correlação entre o grau de instrução e a renda domiciliar. Nas regiões de alta renda como Lago Norte, Lago Sul e Sudoeste/Octogonal, a maioria da população possui nível superior, incluindo cursos de especialização mestrado e doutorado, enquanto nas de baixo poder aquisitivo como SCIA-Estrutural e Itapoã este percentual não chega a 1%.

Ou seja, Pode-se afirmar que a maioria desses indivíduos necessita da oferta da EJA em escolas da rede pública e privada já que Lei Orgânica do DF, que culmina com o Art. 225 diz que:

Art. 225. O Poder Público proverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e médio, mediante oferta de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho. Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados.” Das disposições transitórias • artigo 45, incisos de I a V: Determina que o Poder Público do Distrito Federal promova formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos, reconheça como aproveitamento de estudos as atividades de alfabetização de alunos de ensino médio, envide esforços para a erradicação do analfabetismo entre os servidores públicos do DF, incluindo a destinação de duas horas de suas jornadas de trabalho para esse fim e assegure nos meios de comunicação social pertencentes ao DF trinta minutos semanais para veiculação de mensagens de apoio ao programa de erradicação do analfabetismo no DF. (DISTRITO FEDERAL, 1993).

5. METODOLOGIA DE PESQUISA

O conhecimento científico surge no século XVII, com a constituição histórica da modernidade no ocidente quando houve uma valorização da experimentação e da observação como procedimentos ou passos necessários para alcançar o conhecimento (CARVALHO, 2000).

O conhecimento popular se diferencia do científico não por sua veracidade ou natureza e sim pela sua forma, o método e os instrumentos do conhecer. O método é um conjunto de atividades sistemáticas que permite chegar ao resultado de forma mais eficaz por ser racional. Já a metodologia tem o objetivo de analisar esses métodos sua característica e utilização (LAKATOS; MARCONI, 1991).

5.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

“A ciência pode ser caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível” (GIL, 1989, p.21). Gil afirma que existem dois tipos de ciência : as ciências físicas e biológicas e a ciência social definida por ele como :

(...) o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. (GIL, 1989, p.42).

Reconhecendo que cada pesquisa terá características específicas, são apresentadas as seguintes classificações de pesquisa :

- Descritivas: tem como objetivo a descrição das características de determinada população (GIL,1989, p.45), é uma pesquisa empírica, ou seja, recolhe dados a partir de fontes diretas (pessoas) que tem experiência sobre o assunto (MARCONI; LAKATOS, 2003).

- Exploratórias: tem como objetivo desenvolver e esclarecer ideias, é o tipo de pesquisa com menor rigidez e proporcionam uma visão geral de um determinado fato (GIL, 1989, p.44-45).
- Explicativa: é uma pesquisa mais aprofundada, explica a razão e o porque das coisas (GIL, 1989, p.46).

A pesquisa também pode ter abordagem qualitativa, quantitativa ou ambas. São tipos diferentes de pesquisa, mas que podem se complementar. A pesquisa qualitativa é exploratória e procura alcançar compreensões de qualidade, enquanto a quantitativa é descritiva e procura alcançar compreensões de quantidade (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O quadro abaixo mostra a diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa conforme Malhotra (2006) :

	PESQUISA QUALITATIVA	PESQUISA QUANTITATIVA
Objetivo	Alcançar uma compreensão qualitativa das razões e motivações subjacentes	Quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para a população-alvo.
Amostra	Número pequeno de casos não-representativos	Grande número de casos representativos
Coleta de dados	Não-estruturada	Estruturada
Análise de dados	Não-estatística	Estatística
Resultados	Desenvolvem uma compreensão inicial	Recomendam uma linha de ação final

Quadro 2- Pesquisa qualitativa X pesquisa quantitativa

Fonte: (MALHOTRA, 2006 apud CHAER, et.al. 2011, p. 257).

No caso, esta pesquisa é quali-quantitativa, qualitativa por abordar aspectos subjetivos procurando entender o indivíduo e quantitativa por usar técnicas de coleta de dados, que podem ser: entrevistas, questionários, formulários, entre outros, permitindo uma análise estatística.

5.2. UNIVERSO DA PESQUISA

Segundo Appolinário (2004) população ou universo é um grupo de pessoas, objetos ou eventos que possui um conjunto de características comuns que o definem. Normalmente o universo é muito grande impossibilitando assim uma análise científica, por isso é mais comum que se trabalhe com a amostra, um subconjunto do universo.

5.2.1 População

Para ZANELLA (2009, p. 53), o universo “são as pessoas que fornecerão as informações que você precisa...”. Diante disso, foi definido a seguinte universo: estudantes matriculados na EJA–Cesas, no Ensino Médio, em novembro/2015.

5.2.2 Cesas

O Cesas, criado em 1975, é fruto da celebração de convênio entre o Ministério da Educação e a então Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF, com o objetivo de criar um centro de estudos supletivos. Com o decorrer do tempo, a instituição consolidou-se, assumindo o papel de Centro de Referência na EJA.

O Cesas oferece a modalidade EJA nos turnos, matutino, vespertino e noturno, de segunda a sexta, e também oferta EJA por meio da EaD. Foi uma das primeiras escolas a inserir estudantes com necessidades especiais.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico de 2013:

O corpo discente é constituído de jovens que em sua maioria foram reprovados várias vezes no ensino regular com problemas de

aprendizagem, ficando assim defasados com relação à idade/série e conseqüentemente desmotivados. Muitas vezes são expulsos da escola que frequentam por motivos de indisciplina, entre outros, e são encaminhados para o CESAS onde veem a oportunidade de recuperar os anos de estudos perdidos como última alternativa. Os alunos matriculados neste estabelecimento de ensino são originários de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal e entorno. Do mesmo modo o CESAS recebe alunos de todas as classes sociais e econômicas, sendo muito comuns os casos de alunos que dispõem de recursos para pagamento do transporte, material escolar, alimentação. Temos também os alunos que trabalham durante o dia e estudam no noturno. Por ser uma escola inclusiva contamos com mais de duzentos alunos com necessidades educacionais, especiais, regularmente matriculados nos três segmentos, nos três turnos. Esses alunos são incluídos nas turmas regulares, porém recebem um atendimento específico por professores especializados das chamadas salas de recursos, de acordo com a sua necessidade. As salas de recursos multifuncionais estão de acordo com a legislação do MEC, contam com o apoio de profissional especializado nas áreas de deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência intelectual, deficiência múltipla, surdo cegueira, transtorno global de desenvolvimento, transtornos funcionais e específicos e dificuldades de aprendizagem. A inclusão como política educacional vai além da matrícula e da garantia de socialização desses alunos, pois demanda uma revisão de quebra de paradigmas, com atenção especial ao respeito às diferenças. (CESAS, 2013)

As diretrizes da escola definem os seguintes objetivos institucionais principais:

- Promover a escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas que não tiveram acesso ou interromperam o processo formativo escolar, por meio da compreensão de uma prática educativa que atenda às especificidades e à diversidade dos sujeitos trabalhadores envolvidos no processo, a fim de dialogar com os saberes, culturas e projetos e de articular melhores perspectivas com o meio social, cultural e com o mundo do trabalho.
- promover, na modalidade à distância, a escolarização de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de iniciar ou concluir os estudos, proporcionando-lhes ensino de qualidade.

E como objetivos específicos:

- Ampliar, divulgar as ofertas de vagas e promover a escolarização de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos, nas duas modalidades, Presencial e a Distância, propiciando o desenvolvimento pleno na construção do conhecimento.
- Proporcionar inter-relação pessoal e coletiva entre os diversos segmentos da comunidade escolar propiciando atitude de contínua busca pela cultura de respeito à dignidade humana e valorização da diversidade.
- Possibilitar à comunidade escolar o acesso às novas tecnologias, por meio de ambientes virtuais, propiciando o desenvolvimento do processo de construção do conhecimento e abertura de novos desafios intelectuais.
- Definir e aprovar com todo o segmento escolar (Direção, professores, servidores e representantes do Conselho Escolar), o uso dos recursos destinados à escola, bem como a prestação de contas dos gastos aprovados (PPP-Cesas).

Diante do comprometimento do colégio e da possibilidade de escolher entre ensino presencial ou à distância em diferentes turnos a escola é muito requisitada principalmente por trabalhadores que querem terminar os estudos.

5.3. AMOSTRA

De acordo com Fábio Appolinário (2004) amostra é o subconjunto de sujeitos de uma população por meio de técnica de amostragem.

Na pesquisa social são utilizados vários tipos de amostragem que podem ser divididas em dois grupos:

1. Amostragem probabilística

- Amostragem aleatória simples: é um procedimento básico consiste em atribuir a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual (GIL, 1989, p.93).
- Amostragem sistemática: é uma variação da amostragem aleatória simples, onde a população é ordenada de modo que cada um dos seus elementos possam ser unicamente distinguido pela sua posição (GIL, 1989, p.94).
- Amostragem estratificada: consiste na seleção de uma amostra de cada subgrupo da população (GIL, 1989, p.95).
- Amostragem por conglomerado: usa um grupo de pequenas unidades, no lugar de unidades de amostras individuais (GIL, 1989, p.96).
- Amostragem por etapas: são amostras compostas por de unidades distribuídas por estágio (GIL, 1989, p.96).

2. Não probabilística

- Amostragem por acessibilidade: seleciona-se os elementos a que tem acesso admitindo-se que esses possam representar o Universo (GIL, 1989, p.97).
- Amostragem por tipicidade: seleciona-se um subgrupo da população com base nas informações já disponíveis (GIL, 1989, p.97).

- Amostragem por cotas: primeiro classifica população, depois determina a proporção da população para depois fixar as cotas (GIL, 1989, p.97).

Dados oferecidos pela secretária do Cesas informam que por ano são inscritos, no terceiro segmento de 1º a 3º, 1.220 estudantes, divididos em 24 estudantes nos 3 períodos (matutino, vespertino, noturno). De acordo com o supervisor pedagógico, Enio Roberto Botelho, a evasão de estudantes é muito grande, totalizando assim, na prática cerca de 700 a 800 estudantes no terceiro segmento.

Desse modo foi utilizado o método de amostras por tipicidade, em que por meio de um estudo prévio, foram escolhidos 104 estudantes de 1º, 2º e 3º ano do terceiro período, considerando estes representativos de toda população.

5.4. COLETA DE DADOS

A coleta de dados realiza-se mediante instrumentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. De acordo com Bandeira (2004), pode-se adotar como método de coleta de dados os documentos, a observação de comportamentos ou então a informação dada pelo próprio sujeito, seja oralmente por meio de entrevistas ou de forma escrita como questionários.

5.4.1 Instrumentos de coleta

Nas pesquisas qualitativas, os instrumentos mais utilizados são o questionário, a entrevista e a observação direta.

1. Questionário

Segundo Gil (1989, p.124) questionário é a técnica de investigação composta por questões apresentados de forma escrita para as pessoas. É uma técnica de custo razoável, garante o anonimato, e apresenta as mesmas questões para todos. Po-

dem ser aplicados individualmente ou grupos, pessoalmente, por telefone, correio, web, entre outros (BARBOSA, 200?)

2. Entrevista

É um método flexível de obtenção de dados, que requer planejamento e habilidade do entrevistador para formular as perguntas e conduzir a entrevista. Pelo fato da entrevista exigir mais tempo do que as respostas por questionário, o custo também é maior. Porém a entrevista pode fornecer mais informações que o questionário por deixar as respostas mais livres (BARBOSA, 200?).

3. Observação direta

“A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano” (GIL, 1989, p.104). Este método baseia-se na atuação de observadores treinados para obter informação. A observação pode ser de caráter não estruturado e uma das vantagens é que o observador não precisa se preocupar com as limitações das respostas dadas pelos entrevistados (BARBOSA, 200?).

A seguir um quadro comparativo entre os métodos supracitados:

Técnica de Coleta	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Questionário	<ul style="list-style-type: none"> - Garante o anonimato - Questões objetivas de fácil pontuação - Questões padronizadas garantem uniformidade - Deixa em aberto o tempo para as pessoas pensarem sobre as respostas - Facilidade de conversão dos dados para arquivos de computador - Custo razoável 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa taxa de respostas para questionários enviados pelo correio - Inviabilidade de comprovar respostas ou esclarecê-las - Difícil pontuar questões abertas - Dá margem a respostas influenciadas pelo "desejo de nivelamento social"(*) - Restrito a pessoas aptas à leitura - Pode ter itens polarizados/ambíguos
Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilidade na aplicação - Facilidade de adaptação de protocolo - Viabiliza a comprovação e esclarecimento de respostas - Taxa de resposta elevada - Pode ser aplicada a pessoas não aptas à leitura 	<ul style="list-style-type: none"> - Custo elevado - Consome tempo na aplicação - Sujeita à polarização do entrevistador - Não garante o anonimato - Sensível aos efeitos no entrevistado - Características do entrevistador e do entrevistado - Requer treinamento especializado - Questões que direcionam a resposta
Observação Direta	<ul style="list-style-type: none"> - Capaz de captar o comportamento natural das pessoas - Minimiza influência do "desejo de nivelamento social" - Nível de intromissão relativamente baixo - Confiável para observações com baixo nível de inferência 	<ul style="list-style-type: none"> - Polarizada pelo observador - Requer treinamento especializado - Efeitos do observador nas pessoas - Pouco confiável para observações com inferências complexas - Não garante anonimato - Observações de interpretação difícil - Não comprova/esclarece o observado - Número restrito de variáveis

Quadro 3 -Quadro comparativo entre técnicas de coleta de dados

Fonte: (BARBOSA, 200?, p.4).

5.4.2 Instrumentos de coleta da pesquisa

Nessa pesquisa, optou-se pelo método questionário , Anexo 1, com perguntas fechadas e de múltipla escolha que abordaram os objetivos específicos da pesquisa:

- Identificar o perfil dos estudantes do EJA
- Identificar as fontes mais usadas pelos estudantes para as demandas acadêmicas
- Identificar os obstáculos em relação ao acesso à informação.

Sendo necessário avaliar o instrumento de coleta através do pré-teste.

5.5. PRÉ-TESTE

O pré-teste é o procedimento utilizado para verificar a sua validade do instrumento de pesquisa. “Consiste em testar os instrumentos da pesquisa sobre uma pequena parte da população do "universo" ou da amostra, antes de ser aplicado definitivamente, a fim de evitar que a pesquisa chegue a um resultado falso” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.165).

A pesquisa-piloto evidenciará ainda: ambiguidade das questões, existência de perguntas supérfluas, adequação ou não da ordem de apresentação das questões, se são muito numerosas ou, ao contrário, necessitam ser complementadas, etc. Uma vez constatadas as falhas, reformula-se o instrumento, conservando, modificando, ampliando, desdobrando, ou alterando itens; explicando melhor algumas questões ou modificando a redação de outras (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 227).

Nessa pesquisa, o questionário-piloto foi aplicado na escola CED do Lago – SHIS – QI 09 – LT H – AE com 34 estudantes de 1º, 2º, 3º do terceiro período, com tempo de respostas de 20 a 40 min, permitindo assim um aprimoramento do questionário.

5.6. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

A coleta de dados foi feita no colégio Cesas – SGAS 602 – PROJ D – ASA SUL, nos turnos matutino e noturno, com estudantes de 1º, 2º, 3º do terceiro período. No momento, o colégio possuía cerca de 700 estudantes frequentes em sala de aula do ensino médio. Foram aplicados 130 questionários dos quais 104 foram respondidos e entregues, 7 foram entregues sem responder, e 19 foram perdidos.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da utilização do Excel e do Word, da Microsoft Office e do SAP Business Objects Dashboards 4.1, com o qual foram confeccionados os gráficos.

6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Quanto ao gênero, o número de respondentes mulheres (65 respondentes) é maior do que de respondentes homens (39 respondentes).

Em relação à faixa etária – gráfico 2 – foram contabilizados 17 homens e 19 mulheres, totalizando 36 respondentes, que se situam entre a faixa de 15 a 19 anos, a parte mais significativa de participantes. A segunda parte mais significativa está na faixa de 31 a 50 anos, com 10 homens e 19 mulheres. Os outros participantes são 8 homens e 9 mulheres na faixa de 20 a 24 anos, 3 homens e 10 mulheres na faixa de 25 a 30 anos e somente 1 homem e 8 mulheres com mais de 50 anos.

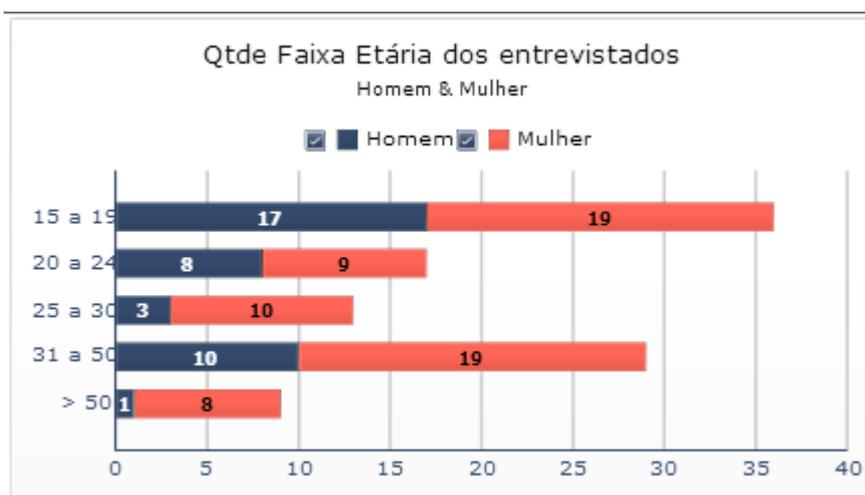


Gráfico 2 - Homem X mulher e faixa etária

Fonte: Dados da Pesquisa

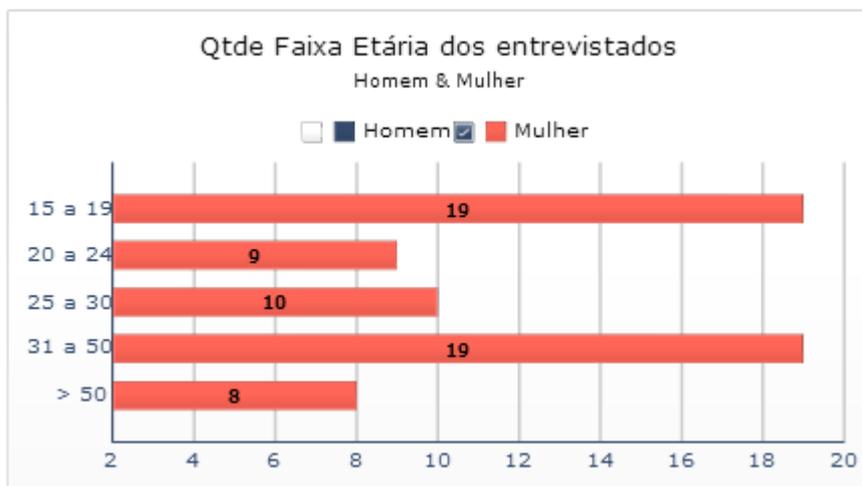


Gráfico 3 - Quantidade de mulheres e faixa etária

Fonte: Dados da Pesquisa

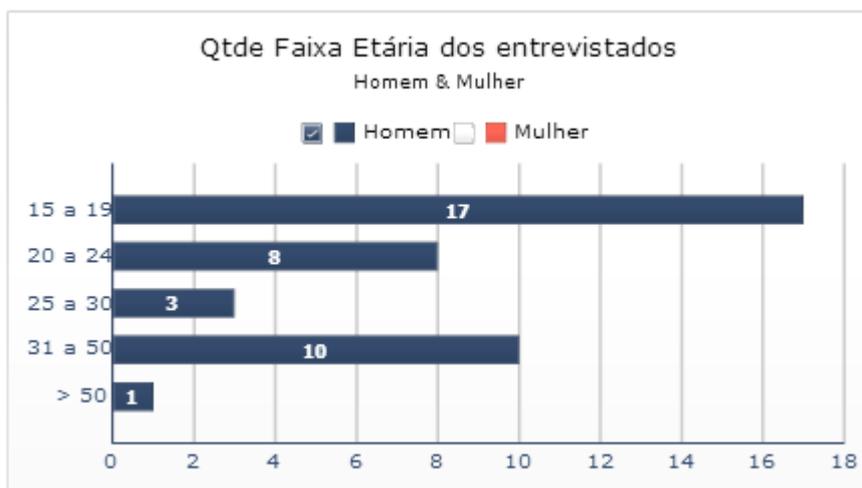


Gráfico 4 - Quantidade de homens e faixa etária

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação a série do ensino médio em que os estudantes estão cursando, 66,56 % estudantes estão no 2º ano do ensino médio. Isso corresponde a 64 estudantes. Outros 22,88% (22 estudantes) cursam o 1º e 14.56% (14 estudantes) estão cursando o 3º ano.

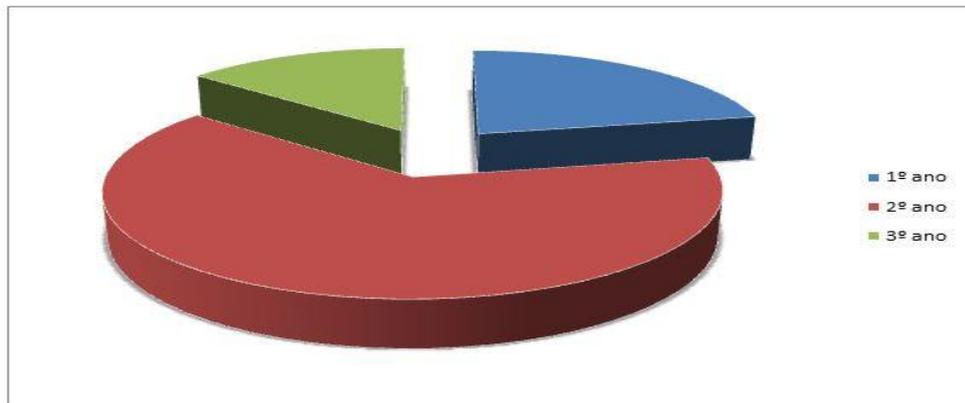


Gráfico 5 - Série do ensino médio

Fonte: Dados da Pesquisa

Em geral, 101,92 % dos estudantes responderam que buscam informação prioritamente na internet, isso corresponde a 98 estudantes; outros 34,32% (33 estudantes) buscam informação em bibliotecas, 29,12% (28 estudantes) buscam com familiares e amigos, 27,04% (26 estudantes) disseram que buscam informação com os professores, 10 em arquivos e apenas 2 responderam que já buscaram e buscam informação em museus. Nenhum estudante afirmou não buscar informação. Os dados podem ser vistos no gráfico 6.

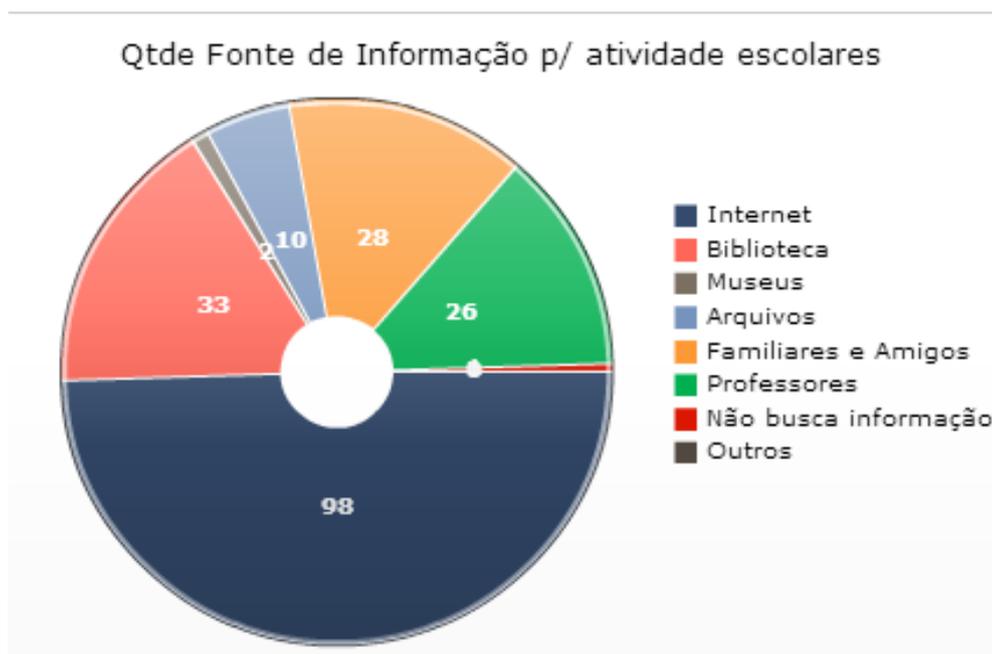


Gráfico 6- Lugares onde estudantes mais buscam informação

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto à frequência de estudantes na biblioteca, gráfico 56,73 % (ou 59 estudantes) afirmam que costumam ir à biblioteca, Outros 41 estudantes, isto é, 39,42% não costumam frequentar a biblioteca e 3,85 % nunca foram à biblioteca. Como mostra o gráfico 7.

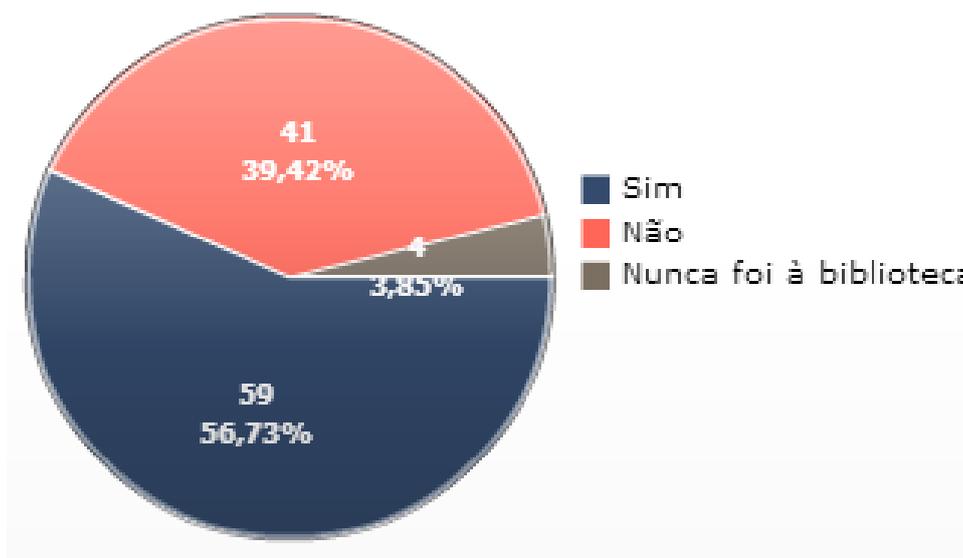


Gráfico 7- Frequência à biblioteca

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação se há presença de bibliotecário na biblioteca onde frequentam, 73,84% dos estudantes (71) responderam afirmativamente, outros 9,36% dos estudantes (9) afirmaram que não. Além disso, 19,76% dos estudantes (19) responderam não saber se há ou não bibliotecários, 3,12% dos estudantes (3) disseram que nunca frequentaram e, por fim, 2,08% ou 2 pessoas responderam essa pergunta.

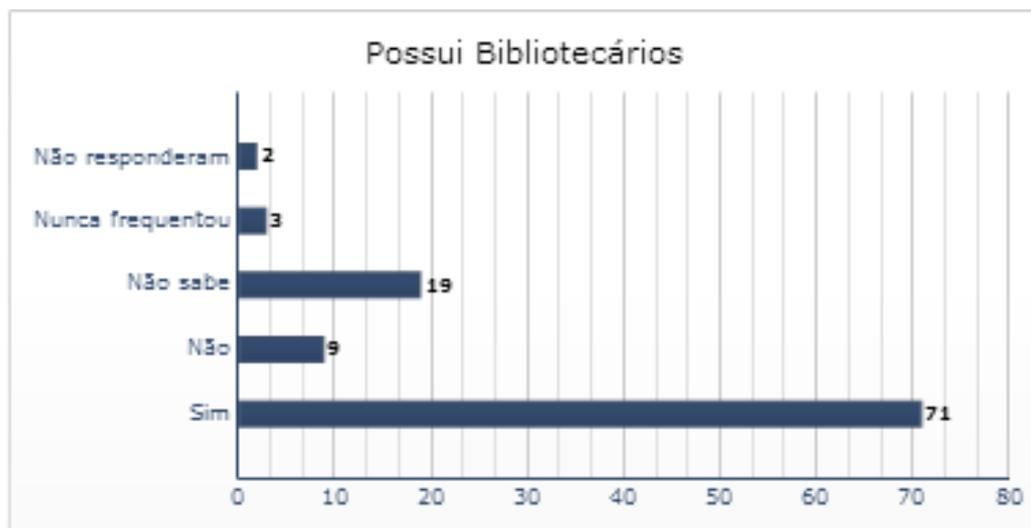


Gráfico 8– Presença de bibliotecário na biblioteca

Fonte: Dados da Pesquisa

Quando perguntado aos estudantes se consideram importante ter o bibliotecário na biblioteca para auxiliá-los nas pesquisas, 90,48% (87) responderam afirmativamente, 11,44% (11) responderam negativamente e outros 5,2% (5) disseram ser indiferentes e 1,04% dos respondentes (1 pessoa) não respondeu. Os dados podem ser visualizados no gráfico 9.



Gráfico 9- Relevância do bibliotecário na biblioteca

Fonte: Dados da Pesquisa

Na pergunta referentes em que o bibliotecário poderia auxiliá-los na biblioteca, as principais respostas foram: 84,24 % dos estudantes ou equivalente a 81 responderam que era encontrar livros, outros 58,24% ou 56 estudantes responderam fornecer informação sobre localização dos livros e funcionamento da biblioteca e

48,88% (47) dos estudantes disseram orientar pesquisas. O gráfico 10 apresenta as respostas referente à questão.

Serviços	Qtde	
Encontrar Livros	81	✓
Orientar Pesquisas	47	↑
Descrever os livros	16	↓
Escolher livro mais adequado	40	↑
Indicar leituras	37	↓
Fornecer informação sobre localização de livros e funcionamento da	56	↑
Empréstimos de livros e revistas	41	↑
Indicar novidades	26	↓
Outros	4	↓

Gráfico 10– Auxílio do bibliotecário na biblioteca

Fonte: Dados da Pesquisa

Das fontes de informação mais acessadas na biblioteca, a grande maioria ou equivalente a 81,12% ou 78 dos respondentes responderam livros; outros 28,08% (ou 27 pessoas) responderam enciclopédias e 21,84% ou 21 respondentes afirmaram usar revistas. Os dados completos podem ser observados no gráfico 11.

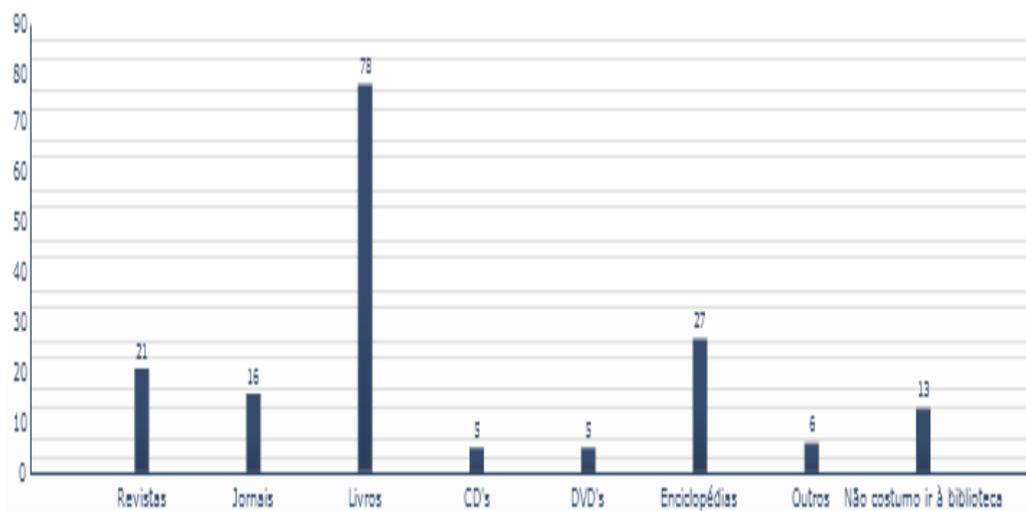


Gráfico 11- Fontes mais acessadas

Fonte: Dados da Pesquisa

Nos dados sobre local em que buscam informação na internet, os dados do gráfico 12 mostram que 89,44% ou 86 pessoas usam buscadores

(Google; Yahoo etc.), 30,16% dos estudantes (29) afirmaram buscar em sites indicados por professores, 24,96% dos estudantes (24) buscam em sites conhecidos.



Gráfico 12- Fontes mais acessadas na internet

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao nível de dificuldade para buscar informação, 49,92% dos estudantes (48 estudantes) assinalaram não ter dificuldade para buscar informação, 32,24% ou 31 estudantes disseram ter dificuldade mas continuam procurando até encontrar e outros 19,76% ou 19 estudantes afirmam ter dificuldades, mas buscam ajuda com familiares e amigos. O gráfico 13 mostra os resultados completos da questão.

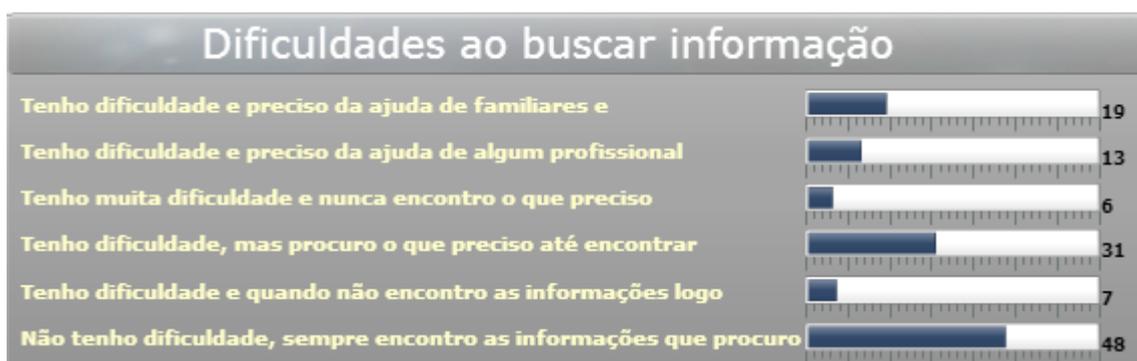


Gráfico 13- Dificuldade para acessar informação

Fonte: Dados da Pesquisa

Dos locais que os estudantes acessam a internet, os principais resultados obtidos mostram que 56,29% ou (85 pessoas) acessam em casa; 13,91% ou 21 pessoas acessam em lugares de acesso gratuito, 11,26% acessam na biblioteca esco-

lar (17 pessoas), 10,6 % em Lan House (16 pessoas), e 7,95 % em outros lugares (12 pessoas) onde 3 pessoas especificaram no celular, 2 no trabalho, 1 casa de amigos, 2 na Biblioteca Nacional e na 1 respondeu na Biblioteca Demonstrativa.

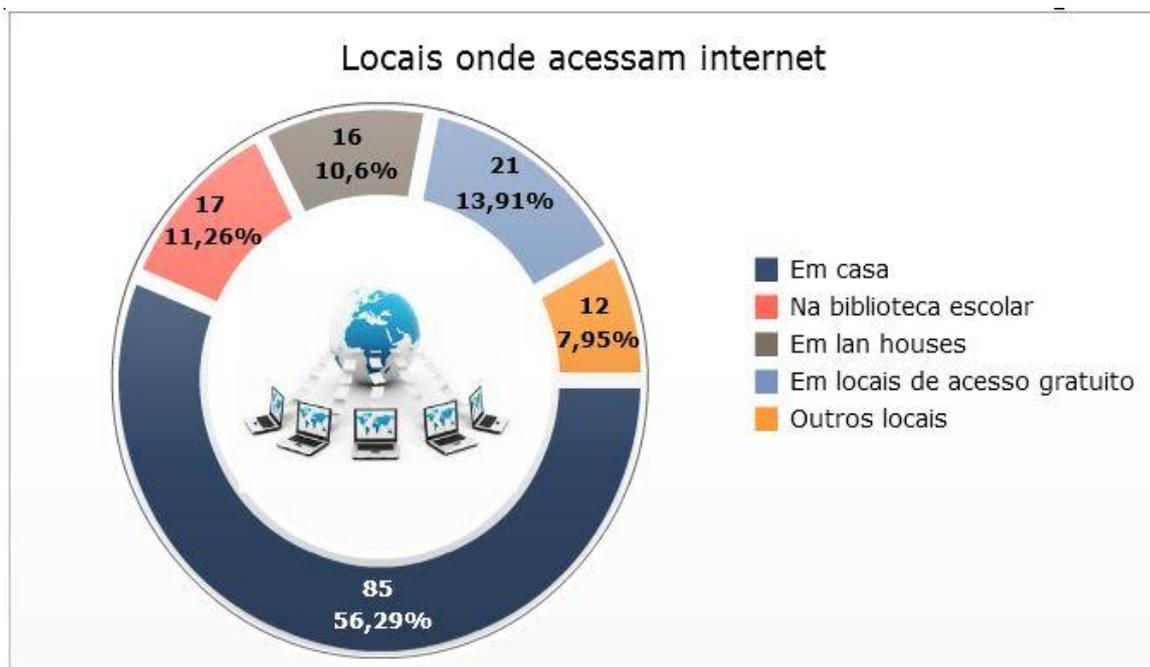


Gráfico 14- Locais onde acessam internet

Fonte: Dados da Pesquisa

Referente aos critérios usados para avaliação da informação, os resultados principais mostram que 45,76% ou 44 dos estudantes verificam se o autor é especialista da área, 36,4% ou 35 estudantes verificam a extensão do site e 26% ou 25 verificam a que tipo de leitor a informação se destina. Os dados são apresentados no gráfico 15.

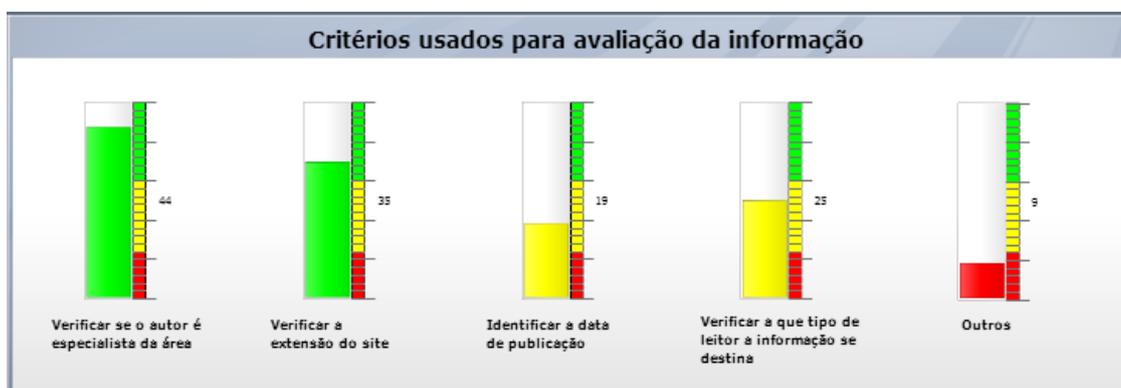


Gráfico 15- Critérios para avaliação da informação

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto as maiores dificuldades ao buscar informação, 28,08% ou 27 estudantes responderam ser a distância. Outros 20,8% dos estudantes (20) ser o preço para se adquirir informação. Outros 17,68% ou 17 estudantes disseram não ter dificuldades.



Gráfico 16– Maiores dificuldades para busca de informação

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados demográficos apresentados pelos resultados mostram que a amostra é composta em sua maioria por mulheres, que estão na faixa etária entre 15 a 19 anos, cursando o 2º ano do ensino médio da EJA. Os estudantes buscam informações prioritariamente na internet; frequentam bibliotecas que possuem bibliotecários; consideram importante ter bibliotecário na biblioteca; consideram importante que os bibliotecários os ajudem a buscar livros na biblioteca; as fontes que mais acessam nas bibliotecas que frequentam são os livros; na internet usam os buscadores. O critério mais usado para verificar a qualidade da informação na internet é verificar se

o autor é especialista na área em que escreve e revela que a maior dificuldade para buscar informação relaciona-se à distância.

No presente estudo pode-se notar que a maioria dos estudantes da EJA é formada por mulheres. O gênero constitui uma das primeiras formas de significar e constituir poder. Culturalmente tende-se a considerar o masculino o ser mais forte e poderoso e, portanto o detentor de uma das principais formas de se adquirir o poder: o conhecimento (SCOTT, LEWIS, QUADROS, 2009). Essa cultura distancia as mulheres do ambiente escolar já que precisam se dedicar aos trabalhos domésticos e a maternidade, privando-as de terminarem seus estudos na idade adequada.

No Projeto Político Pedagógico de 2013, a grande maioria do corpo discente é constituído de estudantes que foram reprovados várias vezes no ensino regular seja por dificuldades de aprendizado ou por problemas de disciplina, ficando assim atrasados em seus estudos e são encaminhados para a EJA o que explica a grande quantidade de indivíduos na faixa etária de 15 a 19 anos. Outra parte significativa da amostra de estudantes na faixa etária de 31 a 50 anos é formada de pessoas que trabalham de dia e estuda a noite e viu com o mercado de trabalho a grande necessidade de voltar a estudar.

Stewart (2008) revela que anualmente o mundo produz cerca de cinco exabytes (1018 bytes) de informação nova, sendo 92% armazenadas em meios digitais e diariamente cerca de 31 bilhões de e-mails são enviados. As novas gerações têm nascido nesse ambiente de informação digital e a antiga já vem sendo significativamente impactadas por esse novo cenário.

As informações digitais, na maioria das vezes, são mais acessíveis, estão introduzidas mais facilmente no cotidiano das pessoas, tendo em vista que a maioria das casas e das escolas já tem acesso à internet, enquanto o número de bibliotecas, museus, arquivos nas cidades são pequenos e poucas escolas possuem esses tipos de unidades informacional explicando assim a busca de informação mais frequente na internet do que em outros locais onde poderia-se adquirir informação.

Wilson (1981) explica que a busca da informação decorre de uma necessidade percebida pelo usuário, que para supri-la pode procurar em sistemas formais, como, por exemplo, as bibliotecas.

Motta (1999, p. 21) diz que a biblioteca escolar tem que estar organizada de modo que facilite o ensino e aprendizado dos estudantes. Sendo assim no processo

de busca da informação a biblioteca tem que ser suporte para que o estudante conquiste a autonomia adquirindo “habilidades de: levantar e buscar informações; consultar fontes de informações; localizar no texto o que for pertinente; selecionar no texto o que for proposto” (BEZERRA, 2004, p. 90).

Desse modo o fato dos estudantes frequentarem bibliotecas com profissionais adequados e reconhecerem a importância do bibliotecário já mostra um grande avanço do cenário das bibliotecas escolares no Brasil e um maior retorno na recuperação da informação impactando em uma melhor qualidade na resolução dos problemas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Magna trata dos direitos sociais. No art. 6º, a Educação é enumerada em primeiro lugar, isso mostra sua importância no texto. A educação é a forma mais justa e igualitária de um país obter avanços sociais. Por meio da educação, o indivíduo adquire autonomia e torna-se capaz de lutar pelos direitos e adquiri-los. No entanto, os altos índices de analfabetismo e analfabetos funcionais demonstram que tamanha importância não tem saído do papel das leis.

A situação socioeconômica precária do Brasil tem levado milhões de brasileiros a não conseguirem terminar os estudos na faixa etária correta, mesmo no Distrito Federal, o palco político do país, cerca de 3,5% da população é analfabeta. A modalidade EJA é um dos modos de tentar suprir essa carência na fase adulta e tem sido objeto de estudos de várias entidades e pessoas preocupadas com a educação brasileira.

McGarry (1999) argumenta que é mediante um conjunto de informações esquematizadas que surge o conhecimento. Nesse processo, a informação é considerada peça-chave para assessorar as atividades humanas, portanto a qualidade na busca de informação é um fator essencial para melhorar a qualidade da vida escolar, do trabalho e pessoal dos estudantes.

O fato de a educação ser elitizada e patriarcal é um problema histórico, e também está relacionada como a determinação de tarefas distintas para os gêneros, em que as mulheres são excluídas de trabalhos intelectuais e inseridas em tarefas do lar afastando-as assim mais do ambiente escolar.

Outro problema é a quantidade de pessoas que são encaminhadas para o EJA por reprovação no ensino regular ou por precisarem abandonar os estudos para trabalharem demonstrando assim a relação direta da péssima situação socioeconômica do país com a má qualidade da educação.

O mundo contemporâneo é bombardeado de tecnologias, e cada vez mais a tecnologia da informação está presente não só nas escolas como no cotidiano dos estudantes que utilizam esse meio como principal fonte de informação nas diversas áreas da vida.

Amato e Garcia ([1989], p.14), afirmam que: “a biblioteca escolar deve existir como um órgão de ação dinamizadora e não cair na passividade” e muitas vezes as bibliotecas são esquecidas pelos próprios professores como um dos principais aliados na aquisição de informação tendo em vista o conjunto de diferentes tipos de informação com a figura do bibliotecário, o profissional especializado para entregar a informação da maneira mais eficaz e eficiente para estes estudantes.

A falta de importância dada para às bibliotecas no Brasil e a falta de parcerias entre professores e bibliotecários é um dos motivos para os estudantes não terem o devido contato com a biblioteca e desconhecerem seus serviços e o papel do bibliotecário, apesar desse cenário já estar mudando como mostra a pesquisa.

Em resumo, apesar de todas as dificuldades e desafios que a EJA ainda tem a enfrentar, é importante seguir esperançosos na expectativa de que a escola possa se aliar com as bibliotecas para suprir as necessidades informacionais desses estudantes.

REFERÊNCIAS

[Brasília]: CAPES: UAB, 2009. Disponível em:
<<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/PDAD/2012/PDAD-DF-2011-091112.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

AMATO, Mirian; GARCIA, Neise Aparecida Rodrigues. **A biblioteca na escola**. In: GARCIA, Edson Gabriel (Org.). Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento. São Paulo: Edições Loyola, [1989].

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, C. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em:<
http://www.academia.edu/4342492/O_conceito_de_informa%C3%A7%C3%A3o_na_ci%C3%Aancia_da_informa%C3%A7%C3%A3o> . Acesso em: 30 set. 2015.

BANDEIRA, Marina. **Definição das variáveis e métodos de coleta de dados**. Laboratório de Psicologia Experimental. Departamento de Psicologia – UFSJ. Disponível em < <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapsam/Texto%209-DEFINICAO%20E%20COLETA.pdf>> Acesso em 10 de out. 2014.

BARBOSA. Eduardo. F. **Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais**. 200?. Disponível em:
<http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BARELLA, Lucia Maria de Santis. **Alfabetização de Jovens e Adultos na Perspectiva do Letramento**. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/kallyta/Downloads/DISSERTAÇÃO MESTRADO.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

BARRETO, A. **Políticas de monitoramento da informação por compreensão semântica dos seus estoques**. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29577-29593-1-PB.pdf>> . Acesso em: 21 out. 2015.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação**. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/aquestaodainformac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2015.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular**. Brasília: Líber Livro Ed. , 2004. COSTA, Gilda Araújo. O direito à educação na Assembleia Constituinte do Espírito Santo de 1947. Vitória: UFES, 1998. (Dissertação de mestrado).

BETTIOL, Eugênia Maranhão. Necessidades de informação: uma revisão. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 18, n. 1, jan./jun. 1990, p. 59-69.

BEZERRA, Maria Aparecida da Costa. **Pesquisa bibliográfica escolar: como recurso didático: um estudo com professores do Ensino Fundamental**. São Paulo, 2004. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BICALHO, Lucinéia; OLIVEIRA, Marlene de. Teoria e a prática da interdisciplinaridade em Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, jul. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362011000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 out. 2015.

BOGDAN, R., BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e métodos**. Porto: Porto, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Constituição de 1824**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532540&seqTexto=14770&PalavrasDestaque=>> Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. **Constituição de 1891**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532699&seqTexto=15017&PalavrasDestaque=>> Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=365196&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>> Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=365199&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>> Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. **Constituição de 1967**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=365194&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>> Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532849&seqTexto=15246&PalavrasDestaque=>> Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/constituicao1988.html/cf1988_Em53.html> Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 28 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº9394/96 Brasília**. MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CAMPELLO, Bernadete Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>> Acesso em: 22 out. 2015.

CARVALHO, Alex et al. **Aprendendo Metodologia Científica**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p.251-266, jan. 2011. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2015.

CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Distrito Federal – PDAD/DF 2011. Brasília – DF, Outubro de 2012.

COOPER, W. S. A definition of relevance for information retrieval. **Information Storage and Retrieval**, v. 7, n. 1, p. 21-29, 1971.

COSCARELLI, Carla Viana e RIBEIRO, Ana Elisa: **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte, Autêntica: 2005.

COSTA, Clarice Gomes. Desafios da EJA em face das transformações do trabalho. **Revista Lugares de Educação [rle]**, Bananeiras, v. 6, n. 3, p.90-103, jul. 2013. Disponível em: <http://seer.ibict.br/index.php?option=com_mtree&Itemid=109>. Acesso em: 13 out. 2015.

CURY, C. R. J. . Superando a ideia da educação compensatória: educação de jovens e adultos como direito público. **Caderno da Abesc**, Belo Horizonte., v. 1, p. 27-38, 2002.

DANTAS, Suzyneide Soares. **(In)formação de leitores: (re)significando as práticas de leitura na alfabetização de adultos** – Projeto Acreditar, Natal/RN. 2000. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2000.

DAVENPORT, Thomas H. **Cultura e comportamento em relação à informação**. In: _____. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

DERR, R. L. A conceptual analysis of information need. **Information Processing and Management**, v. 19, n. 5, p. 273-278, 1983.

DERVIN, B. From the mind's eye of the user: the sense-making qualitative-quantitativemethodology. In: Glazier, Jack D; Powell, Ronald R. **Qualitative Research in Information Management**. Englewood, CO: Libraries Unlimited, pp. 61-84, 1992.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cad. CEDES. Campinas, v. 21, n. 55, 2001.

Disponível

em:

<http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/09/12/interna_cidad

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 8 de junho de 1993**. Brasília, 1993.

ELLIS, D. A behavioural approach to information retrieval system design. **Journal of Documentation**, v. 45, n. 3, p. 171-212, 1989.

FARIAS, Alessandra Fonseca. FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. Identificando os sujeitos de baixa escolaridade e renda do município de Presidente Prudente–SP. In: 3o. Congresso de Internacional de Educação. Paraná, 2011, p. 09.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, S.M.S.P. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**. v. 25, n.2, ago. 1996.

Ferreira, Sueli Mara S. P. (1997). **Estudos de Necessidades de Informação: dos paradigmas tradicionais à abordagem Sense-Making**, *ABEBD*, 1997. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/sense/textos/sumar.htm>. Acesso em: 01 nov. 2015.

Ferreira, Sueli Mara S. P. (1997) **Design de biblioteca virtual centrado no usuário: a abordagem do Sense-Making para estudos de necessidades e procedimentos de busca e uso da informação**. *Ci. Inf. v. 26 n. 2 Brasília May/Aug. 1997*.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Avaliações de coleções e estudos de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. 218 p.

FREIRE, Paulo; DONALDO, Macedo. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GARCIA, Rodrigo Moreira. **Modelos de comportamento de busca de informação: contribuições para a Organização da Informação**. 2007. 139 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/garcia_rm_me_mar.pdf. Acesso em: 18 out. 2015.

GASQUE, Kelley C.; COSTA, Sely M. **Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários**. *Ciência da Informação*, v. 39, n. 1 p. 21-32, jan./abr. 2010. Disponível em: . Acesso em: 17 fev. 2011.

GASQUE, Kelley Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética. *Ci*, Brasília, v. 33, n. 3, p.35-40, set.

2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a05v33n3.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3^o ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GIORDANO, Rafaela Boeira; BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida. Busca e recuperação da informação científica na web: comportamento informacional de profissionais da informação. **Incid**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p.125-145, jan. 2012.

GONZALEZ, Leonise Verzoni. **Competências informacionais e educação de usuários**: um estudo com alunos da educação de jovens e adultos (eja) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS). 2009. 58 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22715/000740404.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 out. 2015.

GUMIEIRO, Katiúcia Araujo. **Um estudo sobre as necessidades e o comportamento informacional dos consultores legislativos da Câmara dos Deputados**. 2013. 74 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Organização da Informação., Ciência da Informação., Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/kallyta/Downloads/estudo_necessidades_gumieiro.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015. FREIRE, A. M. A. Utopia peregrina. Revista Viver Mente e Cérebro, São Paulo, Coleção Memória da Pedagogia, n. 4, jan. 2005.

HAMMEL, Ana Cristina; COSTA, Gelson Kruk da; MEZNEK, Ivone. **A ditadura educacional brasileira e a política educacional: Leis N° 5.540/68 E N° 5.692/71.** Cascavel: Unioeste, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação básica: 2012.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. 41 p. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

KUHLTHAU, C. C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

KUHLTHAU, C.C. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, M.M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V.H.V. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica.** Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.9-14.

KUHLTHAU, C.C. Students and the information search process: zones of intervention for librarians. In: GODDEN, I.P. (Ed.). **Advances in Librarianship.** San Diego, CA: Academic Press, 1994. v.18, p.57-72. Available from: . Cited: 14 Feb. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARIEIRA, Leticia. **30% dos alunos da Educação de Jovens e Adultos têm entre 15 e 19 anos no Brasil.** 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/05/30-dos-alunos-da-educacao-de-jovens-e-adultos-tem-entre-15-e-19-anos-no-brasil>>. Acesso em: 26 maio 2015.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação.** Brasília: Bricquet de Lemos, 2004.

LOPES, Ilza Leite. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. **Ci**, Brasília, v. 2, n. 31, p.60-71, maio-agos 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/158/137>>. Acesso em: 14 out. 2015.

LOURENÇO FILHO, M. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MARTINEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceitos e modelos. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 36, n. 2, p. 118-127, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/797/725>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MCGARRY, K. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENDES, H. M. Health information acquisition in british and brazilian hospitals. 1996. 265 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Department of Information Science, Loughborough University, Loughborough, 1996.

MICHEL, Luciane. **Competência informacional**: um estudo de caso na biblioteca infantil do centro de ensino médio Pastor Dohms. 2011. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Milhões de estudantes na rede escolar – Dados do Censo Escolar/MEC. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/brasil-tem-403-milhoes-de-estudantes-narede-publica-diz-censo-escolar/>. Acesso em: 08 nov. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL. Educação e de Jovens e Adultos. [s. l]: OEI 200?, Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_adultos.pdf> Acesso em: 28 out. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referenciais de qualidade para cursos a distância.** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=138:e-proinfoAcesso> em: 10 nov. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretoria de políticas de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.** [s. l]: Secadi, 2013. 17 p. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013618143318155diretoria_de_politicas_de_alfabetizacao_e_educacao_de.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2015.

MIRANDA, Silvânia. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set.-dez. 2006. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2015.

MOORE, Penny. Information problem solving: a wider view of library skills. **Contemporary educational psychology**, New Zealand, 20, p. 1-31, 1995.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 82 ed. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2005.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, M. K. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** In: RIBEIRO, V. M. (org.). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas, SP: Mercado de Letras: ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. **Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação.** In: Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. 16º Congresso de Leitura do Brasil – COLE, X Seminário de Educação de Jovens e Adultos

tos. Campinas: UNICAMP, 11 a 13 de julho de 2007. Disponível : http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog01_01.pdf. Acesso em: 21 nov. 2015.

ORRICO, E.; OLIVEIRA, C. **A linguagem na construção do sentido: discurso e organização do conhecimento**. In: GONZALEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. (Org.). Políticas de memória e informação: reflexo na organização do conhecimento. Natal: UFRN, 2006.

PALETTA, Francisco Carlos; PELISSARO, Bárbara. Estudo de usuários e modelos de busca de informação. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf**, Campinas, v. 13, n. 1, p.120-137, jan. 2015. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/4121/pdf_88>. Acesso em: 14 nov. 2015.

PEDROSO, Ana Paula Ferreira. **Informação e prática pedagógica: possibilidades e desafios no contexto da EJA**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerai, Belo Horizonte, 2008.

PINHEIRO, L. V. R. A ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação, UFRJ, 1007.

PNE, Observatório do. **Alunos entre 18 e 25 anos são maioria na Educação de Jovens e Adultos**. 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/noticias/alunos-entre-18-e-25-anos-sao-maioria-na-educacao-de-jovens-e-adultos>>. Acesso em: 20 out. 2015.

RIBEIRO, Rosiane da Silva; TAVARES, Helenice Maria. **Resgate da EJA numa perspectiva de letramento**. 200?. 11 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Pedagogia, Faculdade Católica de Uberlândia, Uberlândia, 200?. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/21-pedagogia.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.

RIOS, J. A. A CNER: uma experiência em administração pública. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, v.71, p.299-319, maio de 1956.

RISSO, Suzana Aparecida; SILVA, Marilei Aparecida Vidal. **Alfabetização de adultos nos anos 60**: movimento de educação popular e o método Paulo Freire. Paraná: Unioeste, 2007.

ROBREDO, J. Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROBREDO, Jaime. Filosofia e Informação?: Reflexões. **Rici: R.Ibero-amer**, Brasília, v. 2, n. 4, p.1-39, ago. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/6207/5100>>. Acesso em: 18 set. 2015.

ROSA, C. M.; MONTEIRO, C. R. e ROCHA, J. V. (orgs.). Jovens e adultos na escola: lendo e escrevendo o mundo e a palavra. Pelotas: Universitária/UFPel, 2005.

SANTANA, Glessa H. Celestino de. A interface da informação com a construção do conhecimento: os estoques de informação como mediadores do processo. **Biblionline**, João Pessoa, v. 1, n. 9, p.4-15, out. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/13629/9597>>. Acesso em: 16 out. 2015.

SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na educação**: interpretações e reflexões para formação docente. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009. 200 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – CEDF. Resolução nº 1,
de 11 de setembro de 2012.

_____. Educação de Jovens e Adultos – EJA. Disponível em Acesso em: 04 se-
tembro 2013. _____. SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Diretrizes Pe-
dagógicas 2009/2013.

_____. SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Diretrizes de Avaliação do
Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica. 2008.

_____. Currículo em Movimento da Educação Básica. Educação de Jovens e A-
dultos. Caderno 7. Brasília: SEEDF, 2014. p.21.

_____. Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota. Disponível em: Acesso
em: 20 março 2014. _____. Proposta Político Pedagógica do Centro de Educação
de Jovens e Adultos Asa Sul – Cesas, Brasília. 2013.

_____. Proposta Pedagógica. Educação de Jovens e Adultos a Distância: Ensino
Médio e Fundamental – Anos Finais do Centro de Educação de Jovens e Adultos
Asa Sul – Cesas. Brasília-DF 2013

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. E-
ducação de Jovens e Adultos- EJA. Disponível em:<
http://www.se.df.gov.br/?page_id=228>.10 ago. 2015.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo
em movimento: Educação e Jovens e adultos.** Disponível em:
<[p://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/03/7-educacao-de-jovens-e-
adultos.pdf](http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/03/7-educacao-de-jovens-e-adultos.pdf)>. Acesso em : 15 nov. 2015.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL. **O Brasil tem 40,3**

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, n. 25, Abril 2004, p. 5-17. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SOUZA, Mércia Cardoso de; SANTANA, Jacira Maria Augusto Moreira Pa-vão. O direito à educação no ordenamento constitucional brasileiro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, nov. 2015. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7368>. Acesso em: 13 out. 2015.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

STEWART, D.L. **Building Enterprise Taxonomies**. Mokita Press, 2008.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Histedbr On-line**, Campinas, v. 49-59, n. 38, p.49-59, jun. 2010. Disponível em: <[http://uab.ufac.br/moodle/pluginfile.php/14242/mod_resource/content/1/Caejadis - Texto 1 \(Breve histu00F3ria da EJA no Brasil\).pdf](http://uab.ufac.br/moodle/pluginfile.php/14242/mod_resource/content/1/Caejadis_Texto_1_(Breve_historia_da_EJA_no_Brasil).pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2015.

WIENER, Nobert. 1950. The Human Use of Human Beings Boston : MIT Press.

WILSON, T. D.; WALSH, C. Information behaviour: an inter-disciplinary perspective. British Library Research and Innovation Report, n. 10, 1996. Disponível em: . Acesso em: 16 out. 2015.

WURMAN, Richard Saul. Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão. São Paulo: Cultura, 1991.

XAVIER, João Fábio Davi. Educação de jovens e adultos: alfabetizar letrando. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras, v. 1, n. 1, p.123-132, jan.-jun. 2011.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em**

Anexo 1



Questionário de Avaliação

O presente questionário tem como objetivo a coleta de dados para o trabalho, cujo título é “A BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO

DE JOVENS E ADULTOS (EJA) PARA RESOLVER PROBLEMAS DO COTIDIANO” , pré-requisito para obtenção de título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Que tem como finalidade questionar como estudantes do ensino EJA buscam informação. Portanto, solicita-se a sua colaboração para responder as perguntas abaixo.

Desde já agradeço sua colaboração.

Nome:

Data:

1. Qual seu sexo?

Masculino Feminino

2. Qual dessa faixa etária você se enquadra?

15 a 19 20 a 24 25 a 30 31 a 50 mais de 50

3. Qual seu ano?

1º 2º 3º

4. Em geral, onde mais busca informações (leituras e/ou pesquisas) para suas atividades escolares? (assinale quantas alternativas desejar)

Internet Biblioteca Museus Arquivos

Familiares e amigos Professores

Não busco informações Outros. _____

5. Você costuma a frequentar a biblioteca?

Sim Não Nunca fui à biblioteca

6. Você considera importante possuir bibliotecário para auxiliá-lo em suas pesquisas?

Sim Não Indiferente _____

7. Na biblioteca que você frequenta ou frequentou possui bibliotecário?

Sim Não Não sei Nunca fui à biblioteca

8. Em que um bibliotecário pode lhe auxiliar na biblioteca? (assinale quantas alternativas desejar)

Encontrar livros Orientar pesquisas Descrever os livros

Escolher o livro mais adequado Indicar leituras

Dar informações sobre localização de livros e funcionamento da biblioteca

Fazer empréstimos de livros e revistas

Indicar novidades outros. _____

9. Quando você vai a biblioteca, em quais fontes busca informações? (assinale quantas alternativas desejar)

Revistas Jornais Livros CD-Rom DVDs

Enciclopédias outros. Quais? _____

Não costumo ir à biblioteca

10. Quando você utiliza a Internet, aonde busca informações? (assinale quantas alternativas desejar):

Em buscadores (Google; Yahoo etc) em sites que já conheço

Seguindo os links de sites que conheço

Em bibliotecas virtuais em sites indicados por professores

Em sites indicados pelo bibliotecário escolar

Em sites indicados por amigos

De outra maneira. Quais? _____

11. Quando você busca informações na internet, quais critérios você usa para saber se a informação é boa?

verifica se o autor é especialista na área

Verifica a extensão do site (org, edu, com, etc)

Identifica a data da publicação

Verifica a que tipo de leitor a informação se destina.

Outros. _____

12. Em quais locais você acessa a internet ? (assinale quantas alternativas desejar)

Em casa Na biblioteca escolar Em lan houses

Em locais de acesso gratuito

Em outros locais. Quais? _____

13. Você tem dificuldades ao buscar informações para suas atividades?

Tenho dificuldade e preciso da ajuda de familiares e amigos.

Tenho dificuldade e preciso da ajuda de algum profissional especializado.

Tenho muita dificuldade e nunca encontro o que preciso.

Tenho dificuldade, mas procuro o que preciso até encontrar.

Tenho dificuldade e quando não encontro as informações logo desisto.

Não tenho dificuldade, sempre encontro as informações que procuro.

14. Quais são suas maiores dificuldades ao buscar informação?

Distancia Tempo Preço Não tenho dificuldade

Outros. _____